



Boletim de Transparência Fiscal

Rio de Janeiro, Dezembro de 2009



SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Joaquim Vieira Ferreira Levy

SUBSECRETÁRIO GERAL

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Marcelo Barbosa Saintive

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL

George André Palermo Santoro

**SUBSECRETÁRIO DE FAZENDA PARA ASSUNTOS
JURÍDICOS**

Fabricao R. Valle Dantas Leite

SUBSECRETÁRIO DE ESTUDOS ECÔNOMICOS

Sérgio Guimarães Ferreira

SUPERINTENDENTE DO TESOUREO ESTADUAL

Carolina Tomaz Barbosa Corrêa

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA**

Josélia Castro de Albuquerque

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Marco Aurélio Alves de Mendonça

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvecio Vital da Silva

EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

Ana Paula Quedinho

Brower Ramos Silva

Carlos Roberto Moreira de Araújo

Cláudia Santoro

Creusa Mattoso de Almeida

Daniela de Melo Faria

Eliane Marcos Macedo

Fabricao Marques Santos

Fernanda Stiebler

Gabriel Silva de Goes Rodrigues

Gustavo Tavares Lameiro da Costa

João Vitor Pereira Pedrosa

Larissa Silva Carvalho

Leonardo Santos de Oliveira

Leonardo Silva Carvalho

Luana de Oliveira Cunha

Luciana Gerber dos Reis Velloso

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Marina Lavocat Barbosa Ernesto

Mary Hellen Nascimento da Silva

Raphael Philipe Moura

Rebeca Virginia Escobar Villagra

Renata dos Santos

Renata Gomes Rimes de Almeida

Sérgio da Costa Peixoto



O BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL é uma publicação bimestral da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal por que vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha naquela da avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referida nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2001).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Rua da Alfândega, n.º 42 - 2º andar

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.070.000

Sumário

Apresentação.....	6
I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro	9
II. Resultado Fiscal.....	10
II.1 Resultado Orçamentário	11
II.2 Resultado Primário.....	12
III. Receita Estadual	13
III.1 Receitas Correntes	13
III.1.1 Receita Tributária.....	14
BOX 1 – Panorama Econômico.....	17
III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties.....	21
III.1.3 Receita de Transferências	22
III.1.4 Demais Receitas Correntes	23
III.2 Receitas de Capital	24
IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro	25
IV.1 Despesa por Fonte de Recurso	26
IV. 2 Despesa por grupo	28
IV. 3 Despesa por área de governo	30
IV. 3.1 Saúde – Índice Constitucional	30
BOX 2 – Despesas da Área de Saúde financiadas com Outras Fontes	35
IV. 3.2 Educação – Índice Constitucional.....	36
BOX 3 – Despesas da Área de Educação financiadas com Outras Fontes.....	43
IV. 3.3 FECAM	44
IV. 3.4 Programa de Aceleração do Crescimento – PAC	45
BOX 4 – Execução Orçamentária e Atividades da Secretaria de Fazenda.....	48
IV.4 Cota Financeira	51

V ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....	53
V.1. Pagamento de PD's.....	53
BOX 5 – Pagamento das Despesas do PAC.....	55
V.2 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos	56
BOX 6 – Melhorando a Eficiência dos Gastos Públicos	62
V.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro.....	64
V.4 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar	65
V. 5 Requisições Judiciais de Pagamento Precatórios.....	66
V. 6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu serviço	68
V.7 Acompanhamento financeiro de Convênios.....	71

Anexos

Anexo 1 – Despesas por Grupo

Anexo 2 – Despesas por Fonte de Recurso

Anexo 3 – Despesas por Órgão

Anexo 4 – Despesas de Pessoal por Órgão

Anexo 5 – Despesas de Custeio por Órgão

Anexo 6 – Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras por Órgão

Anexo 7 – Despesa Liquidada por Função - Fontes Tesouro e Outras Fontes

Anexo 8 – Execução Orçamentária Jan-Out/2008-2009 Programa de Aceleração do Crescimento

Anexo 9 – Execução Orçamentária Jan-Out/2008-2009 Secretaria de Saúde e Defesa Civil

Anexo 10 – Execução Orçamentária Jan-Out/2008-2009 Secretaria de Educação



Apresentação

Este é o décimo primeiro número do boletim bimestral de transparência fiscal preparado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o quinto do exercício de 2009. Seu objetivo continua a ser o de aperfeiçoar os mecanismos de controle e a transparência na execução do orçamento estadual.

Esses mecanismos de controle possuem pelo menos duas dimensões, a saber: a primeira liga-se à solvência e previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão de receita. Ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou outros recursos orçamentários. Como manda a Lei há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo (suspensão de transferências voluntárias, por exemplo). O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, o cumprimento das obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança.

A segunda dimensão diz respeito à aplicação dos recursos, cumprindo a Lei (e.g., vinculações) e procurando alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação é importante que se conheçam detalhes da aplicação de

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.



recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

O boletim procura proporcionar esses detalhes com rapidez, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade. Este canal se conjuga com inovações como a publicação de todas as Programações de Despesa (PD's) na internet em menos de três dias depois de efetuado seu pagamento, o que também facilita o acompanhamento aberto pela sociedade da aplicação dos recursos públicos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 23/11/2009.

A despesa refere-se, salvo ressalva, ao conceito de empenho liquidado, e a receita ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intra-orçamentárias.

A análise da administração da Dívida Pública tomou por base o valor do empenho efetivamente pago.

Nesta edição, assim como nas quatro edições anteriores do Boletim em 2009, deixou-se de incluir os resultados da Companhia Estadual de Águas e Esgotos, doravante CEDAE e da Imprensa Oficial do Estado (doravante I.O.), nas contas do Estado, pois essas empresas são não dependentes, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Desta forma, para obter uma base de comparação entre os mesmos períodos do ano, os dados destas empresas também foram excluídos da base de 2008.

O Boletim é dividido em cinco seções, além desta apresentação. As duas seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais e das metas correspondentes. A terceira seção analisa a evolução das diversas rubricas de receita, enquanto a quarta seção analisa a despesa no seu agregado de execução orçamentária. Na terceira seção apresenta-se também

O Boletim procura dar, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade

Nesta edição, assim como nas quatro edições anteriores do boletim em 2009, não se apresentam os resultados da CEDAE como parte das contas do Estado, uma vez que a empresa foi declarada "não dependente" ao se aplicarem as regras da LRF.

breve panorama da evolução dos principais indicadores econômicos do Estado (produção industrial, vendas, empregos, etc.). Na quarta seção apresentam-se detalhes dos gastos por área, notadamente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e conservação do Meio Ambiente, além de uma discussão da execução do PAC. Por fim, a quinta seção apresenta elementos da política financeira do Estado, notadamente a tempestividade dos pagamentos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de anos anteriores, assim como dos precatórios judiciais decorrentes de ações de administrações anteriores corrigidas pela Justiça (todos os restos a pagar de 2008 que receberam uma programação de desembolso dos órgãos ordenadores de despesa foram pagos até o final de abril de 2009). A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz elementos sobre a realização de convênios.



I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas totais no quinto bimestre de 2009 ficaram 3,6% abaixo do projetado, resultado para o qual contribuiu a queda da arrecadação tributária, em decorrência de ligeira estagnação na arrecadação do ICMS e da queda de IRRF. Com isso, as receitas tributárias do quinto bimestre de 2009 ficaram 2,0% abaixo da meta. No acumulado do ano, a receita total atualmente ficou aquém do previsto em abril de 2009 em 0,4%, devido principalmente à menor receita de capital, tanto decorrente de operações de crédito (36,1% do previsto), quanto de transferências de capital (44,1% do previsto).¹

A receita patrimonial, cujo principal item é “Receitas de Petróleo”, ficou acima da meta bimestral estabelecida na Resolução Conjunta SEFAZ/SEPLAG N°52/2009 (alterada pela Resolução SEFAZ/SEPLAG 65/2009) em 17,6%, devido principalmente à manutenção do nível de preço do barril tipo *Brent* em torno de US\$ 70, acima, portanto, dos US\$ 60 utilizados na previsão da meta.

As transferências correntes apresentaram desempenho 1,6% acima da meta bimestral, em grande parte porque a arrecadação federal de Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) apresentou recuperação no 5º bimestre, na esteira da recuperação de crescimento econômico.

Como observado, as receitas de capital ficaram em patamar abaixo da meta bimestral (-46,5%), do mesmo modo como o acumulado do ano (-52,4%). Este desempenho se deve a certo atraso nos cronogramas de contratação dessas operações, assim como à defasagem nas transferências de capital, inclusive aquelas associadas ao Programa Aceleração do Crescimento (PAC).

As receitas totais no acumulado do ano estão 0,4% abaixo do valor previsto em fevereiro de 2009, principalmente pela frustração das transferências de capital dos convênios com a União que estão 56% abaixo do previsto.

Tabela 1

METAS DE ARRECAÇÃO DA RECEITA (SET-OUT 2009)
(art 8º da LRF)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (SET-OUT) 2009	RECEITA REALIZADA (SET-OUT) 2009	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	R\$ milhões		
				META DE RECEITA (JAN-OUT) 2009	RECEITA REALIZADA (JAN-OUT) 2009	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
REC. CORRENTES	5.682,84	5.651,50	99,4%	30.178,80	30.932,21	102,5%
TRIBUT.	4.045,10	3.962,88	98,0%	19.493,50	20.125,81	103,2%
CONTRIB.	131,89	139,19	105,5%	659,45	703,70	106,7%
PATRIM.	484,52	570,00	117,6%	4.858,63	4.962,04	102,1%
AGROPEC.	0,03	0,01	39,5%	0,16	0,15	90,8%
INDUST.	8,25	0,22	2,6%	58,05	4,20	7,2%
SERV.	143,17	55,18	38,5%	700,65	258,30	36,9%
TRANSF. CORR.	725,03	736,73	101,6%	3.723,84	3.800,41	102,1%
OUTRAS	144,84	187,30	129,3%	684,53	1.077,61	157,4%
REC. CAPITAL	404,45	216,48	53,5%	1.662,93	791,65	47,6%
OPER. CRÉDITO	168,28	61,49	36,5%	392,67	141,73	36,1%
ALIEN. BENS	0,01	0,01	100,0%	0,21	0,45	214,0%
AMORT. EMPRÉST.	11,65	26,91	231,0%	56,87	116,71	205,2%
TRANSF. CAP.	223,43	128,01	57,3%	1.207,85	532,56	44,1%
OUTRAS	1,07	0,06	5,2%	5,33	0,20	3,7%
Total	6.087,28	5.867,99	96,4%	31.841,73	31.723,87	99,6%

¹ A receita tributária foi ampliada em 2009 pela reclassificação da receita de prestação de serviços do DETRAN (“Serviços de Inspeção e Fiscalização” – rubrica 16001400), de Receita de Serviços para a rubrica Taxa (Receita Tributária). Tal reclassificação é fruto de determinação do Tribunal de Contas do Estado e seu impacto no total das receitas correntes do estado é nulo.



A despesa total paga até outubro/2009, incluído o pagamento do RP 2008, ficou 0,4% acima da meta estabelecida no Cronograma de Desembolso Financeiro. Não obstante, a despesa total ainda ficou menor que a receita no mesmo período, o que permitiu um bom desempenho no equilíbrio fiscal.

II. Resultado Fiscal²

Os resultados fiscais de 2009 foram significativamente afetados pela forte queda nas receitas de petróleo, que regrediram a patamares de 2007. O efeito desta deterioração na execução das despesas do Estado foi em boa parte amenizado pela programação financeira desenvolvida pelo Governo do Estado, por meio do Rioprevidência. Especificamente, o fundo de pensão dos servidores estaduais, beneficiário principal das receitas de petróleo, poupou o excesso de receita verificado em 2008, permitindo suportar seus pagamentos em 2009 sem riscos, apesar da queda de receitas no ano corrente.

As contas do Estado são, portanto, mais bem entendidas segregando-se o resultado do Rioprevidência, que estruturalmente é volátil em consequência da natureza de sua principal receita—as participações governamentais na produção de petróleo e gás natural³. Neste caso, observa-se que o Estado teve déficit orçamentário de R\$ 238,48 milhões no 5º bimestre e superávit de R\$1.279,61 milhões, no acumulado do ano, que representa redução de 44,2% no resultado orçamentário anual face a 2008⁴. Esse resultado está em consonância com a política proteção

² O resultado fiscal exclui as receitas e as despesas intra-orçamentárias.

³ As receitas e despesas do Rioprevidência foram retiradas das respectivas rubricas orçamentárias apenas nas tabelas 3 e 4 deste boletim.

⁴ Nesta seção, a despesa é analisada pela ótica da liquidação, ao contrário da análise apresentada na primeira seção, que utiliza o conceito de despesa efetivamente paga. A comparação dos resultados demonstrado nas tabelas 3 e 4 não consideram as receitas da CEDAE e da Imprensa Oficial, uma vez que ambas as empresas são agora consideradas não dependentes, na forma prevista pelo inciso III, do art. 2º da LRF. A independência da CEDAE está disposta nos "Atos do Governador" do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 01/04/2009 sob o processo de número E-12/223/2009.

Tabela 2

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º / LRF*)					
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-OUT 2009					
Em R\$ milhões					
GRUPO DE DESPESA	METAS DE EXECUÇÃO JAN-OUT 2009	DESPESA ORÇAM. REALIZADA JAN-OUT 2009**	RP 2008 PAGO	DESPESA TOTAL REALIZADA JAN-OUT 2009	% REALIZADO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.716	6.769	709	7.478	96,9%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.885	18.584	767	19.351	102,5%
INVESTIMENTOS/INVERSÕES	2.006	1.324	338	1.661	82,8%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA / AMORTIZAÇÃO	2.709	2.959		2.959	109,3%
TOTAL	31.315	29.636	1.813	31.450	100,4%

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial

**Considerada a despesa paga e excluídas as despesas intra-orçamentárias

Tabela 3

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - COM E SEM RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SET-OUT 2008/ SET-OUT 2009

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT)		var %
	2008	2009		2008	2009	
	I. RECEITA TOTAL S/ RIOPREV. (A)	5.193,56	5.043,56	-2,9%	25.617,84	27.268,12
I.1 RECEITA CORRENTE	5.171,37	4.843,40	-6,3%	25.330,03	26.550,61	4,8%
I.1.1 Tributária	3.991,11	3.962,88	-0,7%	18.906,29	20.125,81	6,5%
I.1.2 Patrimonial	186,13	132,93	-28,6%	2.611,70	2.410,51	-7,7%
I.1.3 Transferências	749,82	736,73	-1,7%	3.363,93	3.800,41	13,0%
I.1.4 Demais Correntes	244,31	10,85	-95,6%	448,11	213,89	-52,3%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	22,19	200,16	802,2%	287,82	717,51	149,3%
II. DESPESA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	4.796,41	5.282,04	10,1%	23.324,97	25.988,51	11,4%
II.1 DESPESA CORRENTE	4.410,86	4.454,49	1,0%	21.882,41	23.448,35	7,1%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	1.465,17	1.599,77	9,2%	7.114,30	7.842,91	10,2%
II.1.2 Demais Correntes	2.547,13	2.466,47	-3,2%	12.895,31	13.677,11	6,1%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	398,56	399,24	0,2%	1.882,80	1.928,34	2,4%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	385,55	827,55	114,6%	1.432,56	2.540,16	77,3%
II.2.1 Invest.	170,35	561,56	229,6%	611,05	1.402,18	129,5%
II.2.2 Inv. Financ.	26,50	7,82	-70,5%	111,43	106,70	-4,2%
II.2.3 Amort. Dívida	188,70	258,17	36,8%	710,08	1.031,28	45,2%
RES. ORÇAMENTÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	397,14	-238,48	-160,0%	2.292,88	1.279,61	-44,2%
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	874,07	824,43	-5,7%	5.645,75	4.455,74	-21,1%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	1.139,98	1.225,44	7,5%	5.687,14	5.963,16	4,9%
RES. ORÇAM. RIO PREVIDÊNCIA (C-D)	-265,91	-401,02	-50,8%	-41,39	-1.507,42	-3542,1%
RES. ORÇAM. C/ RIOPREV. (A-B) + (C-D)	131,23	-639,50	-587,3%	2.251,49	-227,81	-110,1%

dos investimentos do Estado para diminuir os efeitos da crise econômica, não obstante a retração do crescimento da arrecadação, decorrente da diminuição da atividade econômica no país, que se refletiram, inter alia, na queda das receitas federais repartidas com o Estado.

Quando se considera o Rioprevidência, o Estado do Rio de Janeiro apresenta déficit orçamentário de R\$ 639,50 milhões no 5º bimestre e de R\$227,81 milhões no acumulado do ano. Como contraste, registre-se o superávit financeiro do Rioprevidência em 2008, que foi de R\$1.347 milhões.

Verifica-se, portanto, que, no Estado do Rio de Janeiro, a decisão de vincular as receitas de *royalties* e participações especiais ao Rioprevidência, dotou-o de uma função estabilizadora do orçamento estadual. Quando o mercado internacional do petróleo está em alta o fundo acumula recursos; e, quando está em baixa, utiliza esses recursos evitando, na maioria das vezes, a necessidade de aporte do tesouro estadual no fundo previdenciário.

II.1 Resultado Orçamentário

A aparente deterioração do resultado orçamentário do quinto bimestre (-587,3%) é fruto das especificidades referentes ao mesmo período de 2008, decorrentes da entrada de receitas extraordinárias da liquidação do Previ-Banerj, na ordem de R\$220 milhões, além da maior aplicação em 2009 em investimentos, na ordem de R\$ 391,21 milhões.

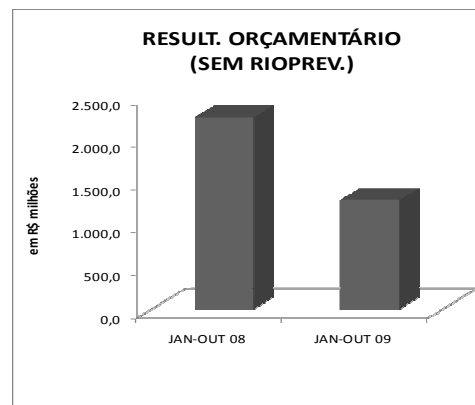
No acumulado do ano, a redução de 44,2% (- R\$1.013,26 milhões) do resultado orçamentário decorre das variações positivas de 6,4% nas receitas totais e de 11,4% nas despesas totais.

O crescimento das despesas com investimento ultrapassou R\$ 390 milhões (+229,6%) no quinto bimestre; e R\$790 milhões (+129,5%) no acumulado do ano.

O resultado orçamentário está em consonância com a política de proteger os investimentos do Estado para diminuir os efeitos da crise econômica, não obstante a retração do crescimento da arrecadação decorrente da diminuição da atividade econômica no país

Os efeitos no atendimento das demandas do Estado da queda na receita de petróleo vêm sendo amortecidos pelo superávit financeiro do Rioprevidência constituído em 2008

Gráfico 1



No acumulado do ano, os investimentos aumentaram em R\$ 790 milhões, crescendo 130% em relação ao ano anterior.

Ademais, em decorrência das boas receitas em 2008, houve aumento das despesas do serviço da dívida — cujo valor tende a ser uma fração fixa da receita líquida real dos 12 meses anteriores — tendo a amortização apresentado aumento significativo (+R\$69,47 milhões, equivalente a 36,8%) em relação ao 5º bimestre de 2008. No acumulado do ano, o aumento da amortização da dívida em relação a 2008 foi de R\$321,2 (+45,2%).

Com relação às despesas de “Pessoal e Encargos Sociais”⁵, observou-se incremento nominal de 9,2% no quinto bimestre e 10,2% no acumulado do ano. Tal fato vem refletindo as novas contratações de funcionários efetivos realizadas por diversos órgãos; os aumentos concedidos aos demais poderes (+5%); bem como efeitos da reclassificação das despesas com cooperativas (e outros serviços) da saúde da esfera de custeio para a de pessoal.

No que diz respeito às demais despesas correntes, houve redução de 3,2% frente ao quinto bimestre do ano passado, porém aumento de 6,1% no ano. Este aumento reflete também a elevação da vinculação de receitas destinadas ao FUNDEB, por conta da transição FUNDEF/FUNDEB entre os anos 2007-2009 (maior detalhamento ver seção III.1.3).

II.2 Resultado Primário⁶

A contração no valor das receitas de royalties e participações especiais referentes à produção de petróleo e gás recebidos pelo Estado e o aumento nas despesas com investimentos levaram o resultado primário do quinto bimestre de 2009, sem considerar o Rioprevidência, a ficar 66,7% abaixo do alcançado no mesmo período do

Tabela 4

RESULTADO PRIMÁRIO - COM E SEM RIOPREVIDÊNCIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SET-OUT 2008/ SET-OUT 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT)		var %
	2008	2009		2008	2009	
RECEITA S/ RIOPREV. (A)	5.193,56	5.043,56	-2,9%	25.617,84	27.268,12	6,4%
RECEITAS FINANCEIRAS S/ RIOPREV. (B)	108,41	129,17	19,2%	476,93	523,03	9,7%
RECEITA NÃO-FINANC. S/ RIOPREV. (C)	5.085,15	4.914,39	-3,4%	25.140,91	26.745,09	6,4%
DESPESAS/ RIOPREV. (D)	4.796,41	5.282,04	10,1%	23.324,97	25.988,51	11,4%
DESPESAS FINANCEIRAS S/ RIOPREV. (E)	589,14	659,58	12,0%	2.646,75	3.034,55	14,7%
DESPESA NÃO-FINAN. S/ RIOPREV. (F)	4.207,28	4.622,46	9,9%	20.678,22	22.953,95	11,0%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV. (C-F)	877,87	291,92	-66,7%	4.462,69	3.791,14	-15,0%
RES. PRIMÁRIO RIOPREVIDÊNCIA (G)	-304,74	-428,52	-40,6%	-141,22	-1.665,73	-1079,5%
RES. PRIM. C/ RIOPREV. (C-F) + (G)	573,13	-136,59	-123,8%	4.321,47	2.125,41	-50,8%

⁵ Nesta seção, “Pessoal e Encargos Sociais” inclui gastos com Inativos e Pensionistas.

⁶ O resultado primário aqui, diferentemente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.



ano passado, com redução de R\$585,95 milhões (Tabela 4).

No ano, a queda do resultado primário foi R\$ 671,55 milhões (-15%). Grande parte dessa queda se explica pelo crescimento da despesa com investimento, que ultrapassou R\$790 milhões (+129,5%). O resultado continua, apesar de tudo, a ser mais que suficiente para cobrir as despesas com o serviço da dívida, indicando assim uma boa consistência fiscal.

III. Receita Estadual⁷

A arrecadação do quinto bimestre apresentou redução de 3,3% frente ao mesmo período do ano anterior, em parte pela ausência de receitas extraordinárias em 2009 e queda das receitas patrimoniais (Tabela 5). No entanto, nos dez primeiros meses de 2009, a receita estadual alcançou R\$ 31.723,87 milhões, implicando um crescimento de 1,5% em relação ao mesmo período de 2008.

III.1 Receitas Correntes

As receitas correntes caíram em 6,3% no quinto bimestre em relação ao mesmo período de 2008 (-R\$377,93 milhões). No entanto, no acumulado do ano, elas estiveram praticamente no mesmo patamar arrecadado no mesmo período de 2008, alcançando R\$30.932,21 milhões. As receitas tributárias apresentaram queda de 0,7% no quinto bimestre, mas crescimento de 6,5% no acumulado do ano.

As receitas patrimoniais do quinto bimestre de 2009 foram 19,7% inferiores a 2008 (-23,5% no ano). O decréscimo destas receitas reflete a queda das participações governamentais do petróleo e gás natural, ainda que elas tenham se mostrado maiores do que os valores projetados para efeitos da fixação da meta orçamentária discutida no início do boletim.

Tabela 5

DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SET-OUT 2008/ SET-OUT 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT)		var %
	2008	2009		2008	2009	
TRIBUTÁRIA	3.991,11	3.962,88	-0,7%	18.906,29	20.125,81	6,5%
CONTRIBUIÇÕES PATRIMONIAL	138,63	139,19	0,4%	646,24	703,70	8,9%
PATRIMONIAL	709,43	570,00	-19,7%	6.489,76	4.962,04	-23,5%
AGROPECUÁRIA	0,01	0,01	32,3%	0,03	0,15	381,6%
INDUSTRIAL	0,32	0,22	-31,6%	1,07	4,20	293,0%
DE SERVIÇOS	109,06	55,18	-49,4%	671,34	258,30	-61,5%
TRANSF. CORR.	749,82	736,73	-1,7%	3.363,93	3.800,41	13,0%
OUTRAS CORR.	331,06	187,30	-43,4%	844,44	1.077,61	27,6%
REC. CORR.	6.029,43	5.651,50	-6,3%	30.923,10	30.932,21	0,0%
REC. CAPITAL	38,19	216,48	466,9%	340,49	791,65	132,5%
Total	6.067,62	5.867,99	-3,3%	31.263,60	31.723,87	1,5%

⁷ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do Rioprevidência.

O 5º bimestre de 2009 apresentou queda nas receitas de transferências de 1,7% em relação ao 5º bimestre de 2008. Porém, apresentou crescimento de 13% no acumulado do ano, em grande parte por refletir a devolução de parte dos recursos aplicados pelo Estado no FUNDEB, mecanismo que, como sabido, cria certa dupla contagem nas receitas estaduais. As transferências federais, a seu turno, mostraram-se pouco dinâmicas (Ver páginas 18 e 19).

A variação nas receitas de serviços reflete essencialmente um efeito estatístico, i.e, a alteração da classificação tradicional das receitas oriundas dos serviços prestados pelo DETRAN-RJ (vistoria, emissão de documentos, etc.). A partir de 2009, estas foram classificadas como receitas de Taxas (tributárias), em cumprimento a determinação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), reduzindo as receitas de serviços.

III.1.1 Receita Tributária

A receita tributária até outubro de 2009 foi de R\$20.125,81 milhões (+6,5% em relação a 2008), sendo R\$ 3.962,88 milhões (-0,7%) correspondentes ao quinto bimestre (Tabela 6). Descontando-se a reclassificação das taxas do Detran e computando-se a receita de IRRF dos aposentados e pensionistas, devido a atraso dos repasses do Rioprevidência referentes ao IRRF (cerca de R\$270 milhões), o crescimento ajustado foi de 5,3%.

A estabilidade da arrecadação do ICMS no Rio de Janeiro, na maior parte do ano se explica em parte pela composição de sua base, com forte presença de setores como eletricidade (15% do arrecadado com ICMS, com variação de 7,6% no ano), e telefonia (18,1%, com variação de 3,5% no ano), cuja demanda tipicamente apresenta baixa elasticidade (Tabela 7). Além disso, uma série de iniciativas para aumentar a conformidade legal dos contribuintes começou a se refletir em maior arrecadação. Conquanto não seja evidente na estatística bimestral, houve uma recuperação da arrecadação do

As transferências correntes cresceram 13% no ano, refletindo principalmente um artifício contábil decorrente do FUNDEB, que é uma receita que sai dos próprios cofres do Estado.

A Receita tributária cresceu 6,5% entre jan e out de 2009, comparado ao mesmo período de 2008, mas descontando a reclassificação das taxas do Detran e computando-se a receita de IRRF dos aposentados e pensionistas, o crescimento ficou em 5,3%.

Tabela 6

RECEITA TRIBUTÁRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SET-OUT2008/ SET-OUT 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT)		var %
	2008	2009		2008	2009	
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.991,11	3.962,88	-0,7%	18.906,29	20.125,81	6,5%
ICMS	3.231,83	3.181,15	-1,6%	14.517,56	15.014,86	3,4%
Adicional do ICMS	334,73	333,11	-0,5%	1.569,91	1.629,76	3,8%
IRRF	207,52	135,14	-34,9%	961,38	781,24	-18,7%
IPVA	80,17	96,85	20,8%	1.174,14	1.437,18	22,4%
ITD e ITBI	38,47	47,78	24,2%	204,01	235,44	15,4%
Taxas	98,40	168,85	71,6%	479,29	1.027,33	114,3%



ICMS em outubro, refletindo em parte a recuperação observada na economia brasileira e no Estado do Rio de Janeiro (Box 1).

Não obstante a recuperação, particularmente das vendas no varejo, setores como a indústria de transformação se encontram ainda abaixo do nível de atividade observado em 2008, com reflexos na arrecadação do ICMS. A arrecadação do setor da Metalurgia e Siderurgia, por exemplo, foi 27,0% inferior no quinto bimestre de 2009 do que no mesmo bimestre de 2008, apresentando queda de 27,6% no acumulado do ano. Assim também a arrecadação do setor Eletroeletrônico (-3,9% bimestre contra bimestre do ano anterior; -15,2% no ano); e Transporte Viário (-2,5% no ano).

Por outro lado, o setor de petróleo-petroquímica, cuja participação no acumulado de 2009 sobre o ICMS totaliza 12,1%, apresentou forte contração no ano (-8,6%) que se refletiu em uma arrecadação no quinto bimestre bem abaixo (-24%) daquela observada no mesmo bimestre de 2010 no bimestre (-24%), apesar da baixa elasticidade renda e a estabilidade de preços no setor. A queda de R\$ 170 milhões se explica em grande parte pelo aumento de créditos utilizados pelas principais empresas do setor, que reduzem a arrecadação, não obstante a evolução positiva das saídas de mercadoria decorrente da vitalidade da demanda por combustíveis.

No comércio, o setor de supermercados vem apresentando desempenho favorável, com crescimento da receita 13,9% no bimestre e 17,8% no ano, na esteira do fortalecimento da fiscalização de redes grandes e pequenas e vitalidade do consumo das famílias. O setor Têxtil/Vestuário foi o que apresentou o maior percentual de crescimento no ano (+33,9%), em parte pelo fortalecimento do quadro tributário de muitas empresas.

A arrecadação do IPVA apresentou crescimento de 22,4% no acumulado do ano e 20,8% no quinto bimestre de 2009

Tabela 7

ARRECAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL E ACUMULADO 2008/2009

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT)		part % 2009	var % 09/08	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT)		part % 2009	var % 09/08
	2008	2009			2008	2009		
	BEBIDAS	130,14			128,63	4,5%		
EDITORIAL E GRÁFICA	67,48	87,35	3,1%	29,4%	347,22	344,37	2,3%	-0,8%
ELETROELETRÔNICO	30,12	28,95	1,0%	-3,9%	194,18	164,67	1,1%	-15,2%
ENERGIA ELÉTRICA	362,13	380,18	13,3%	5,0%	2.092,39	2.250,50	15,0%	7,6%
METALURGIA / SIDERURGIA	186,89	136,50	4,8%	-27,0%	826,62	598,87	4,0%	-27,6%
PERFUMARIA / COSMÉTICOS	69,85	76,49	2,7%	9,5%	344,83	372,93	2,5%	8,2%
PETROLÍFERA / PETROQUÍMICA	419,55	318,86	11,2%	-24,0%	1.986,11	1.814,34	12,1%	-8,6%
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	66,57	82,95	2,9%	24,6%	364,63	445,87	3,0%	22,3%
PRODUTOS FARMACÉUTICOS	109,87	119,48	4,2%	8,8%	502,11	587,21	3,9%	16,9%
QUÍMICA	98,84	136,30	4,8%	37,9%	512,68	622,72	4,1%	21,5%
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	520,92	532,77	18,7%	2,3%	2.620,79	2.713,20	18,1%	3,5%
SERVIÇOS DE TRANSPORTE	36,33	37,09	1,3%	2,1%	169,47	185,78	1,2%	9,6%
SUPERMERCADOS (ATAC/VAREJO)	140,09	159,57	5,6%	13,9%	711,90	838,41	5,6%	17,8%
TÊXTEL / VESTUÁRIO	70,50	102,01	3,6%	44,7%	346,37	463,65	3,1%	33,9%
TRANSPORTE VIÁRIO	102,61	103,94	3,6%	1,3%	506,06	493,35	3,3%	-2,5%
OUTROS	478,71	420,25	14,7%	-12,2%	2.250,07	2.350,79	15,7%	4,5%
TOTAL	2.890,59	2.851,31	100,0%	-1,4%	14.520,20	15.014,84	100,0%	3,4%

(tabela 6). Este desempenho está associado à ação de cobrança desenvolvida pela SEFAZ e PGE desde 2008 e, especialmente, pela repressão desenvolvida pelo DETRAN/RJ a partir do começo de 2009, tendo a última contribuído para aumentar notadamente a receita no primeiro semestre.

O Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doações – ITD – apresentou elevação no quinto bimestre de 24,2% em relação ao mesmo período de 2008 (Tabela 6), passando o crescimento acumulado no ano para 15,4%, o que é explicado, em grande parte, pela agilização dos procedimentos de arrecadação na esteira da parceria estabelecida com o Município do Rio de Janeiro.

O crescimento das receitas de Taxas (Tabela 8), em relação aos períodos equivalentes de 2008, foi de 71,6% no quinto bimestre de 2009 e 114,3% no acumulado do ano. Isto é relacionado à reclassificação da Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito (R\$ 16,63 milhões no bimestre; e R\$215,45 milhões no ano) e da Taxa de Serviços de Trânsito (R\$ 46,94 milhões no bimestre; e R\$264,77 milhões no ano), ambas arrecadas pelo DETRAN e antes classificadas em receitas de Serviços (até 2008). Juntas, elas totalizaram 37,7% do recolhimento total de Taxas no bimestre, e 46,7% do recolhimento no acumulado do ano.

Excluindo-se os valores do DETRAN, as Taxas no bimestre cresceram 7,0% em relação ao mesmo período de 2008, enquanto no acumulado do ano houve crescimento de 14,3%.

A arrecadação do IPVA aumentou 20,8% no quinto bimestre de 2009 em relação a 2008, resultado da ação repressiva do DETRAN/RJ a partir do começo do ano.

Tabela 8

RECEITA DE TAXAS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SET-OUT 2008 / SET-OUT 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT)		var %
	2008	2009		2008	2009	
Taxas	98,40	168,85	71,6%	479,29	1.027,33	114,3%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	4,27	20,02	369,1%	17,30	231,82	1240,3%
Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito*	0,00	16,63	0,0%	0,00	215,45	0,0%
Outras	4,27	3,39	-20,6%	17,30	16,36	-5,4%
Taxas pela Prestação de Serviços	94,13	148,84	58,1%	462,00	795,51	72,2%
Emolumentos e Custas Judiciais	40,51	56,22	38,8%	185,31	235,61	27,1%
Emolumentos e Custas Extrajudiciais	32,93	37,66	14,4%	153,17	174,85	14,2%
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	20,69	54,97	165,6%	123,51	385,05	211,7%
Taxa de Serviços de Trânsito*	0,00	46,94	0,0%	0,00	264,77	0,0%
Outras	20,69	8,02	-61,2%	123,51	120,28	-2,6%

Nota: * Taxas do DETRAN

As taxas, excluindo-se DETRAN, cresceram 14,3% no acumulado do ano.

Os emolumentos e custas judiciais e extra-judiciais apresentaram no acumulado do ano crescimentos de 27,1% e 14,2% respectivamente, explicados em parte pelo reajuste da tabela de preços desses serviços. Essas receitas são capturadas pelo Poder Judiciário, aplicando-se em fundo próprio.

BOX 1 – Panorama Econômico

O PIB do Brasil cresceu no terceiro trimestre de 2009 1,3% em relação ao trimestre anterior, com ajuste sazonal (Gráfico 1). A formação bruta de capital fixo, que aumentou 6,5% em relação ao trimestre anterior, foi o principal motor do crescimento da atividade econômica, apesar de ainda estar 12% abaixo do valor observado no mesmo trimestre do ano anterior.

A grande novidade do quinto bimestre foi a aparente virada ocorrida em outubro. Enquanto setembro ainda apresenta retração nas vendas no varejo e fraco crescimento da indústria de transformação em relação ao mês anterior, em outubro o crescimento em relação ao mês anterior das vendas no Estado do Rio foi de 9,3% (8,3% no Brasil) e o da indústria de transformação de 4,1% (6,7% a nível de Brasil) sugerindo um forte impulso para novembro e dezembro.

Com a recuperação evidenciada no quinto bimestre, é possível que a indústria de transformação no último bimestre ultrapasse os níveis de 2008, apesar de ainda se manter ligeiramente abaixo destes em outubro (-3,6% no ERJ e -2,9% no Brasil), conforme o Gráfico 2.

As vendas do comércio varejista, por seu lado, já ultrapassaram em outubro o seu valor nominal no ano anterior (+11%), tanto a nível nacional, quanto no Estado do Rio de Janeiro..

Os índices de preços ao consumidor no estado e no Brasil apresentaram a mesma variação (4,5%), indicando a convergência para a meta de inflação no acumulado dos doze meses em outubro de 2009. O salário médio real no Rio de Janeiro continua flutuando pouco, apresentando queda de 0,4% no quinto bimestre em relação ao bimestre anterior, e aumento de 1,9% em relação aos mesmos meses do ano anterior. É interessante notar que o desempenho do mercado de trabalho no estado é ligeiramente inferior ao nacional, onde houve aumento do salário real nos últimos dois meses (com variação em relação ao ano anterior de 3,0%). Em ambos os casos é notável a persistência da tendência de crescimento já observada em 2007.

A oferta de trabalho no ERJ (captada pela população economicamente ativa) caiu 1,6% em outubro em relação ao ano anterior, enquanto no país esse indicador cresceu 0,6%. Com relação ao emprego, verifica-se, em agosto, uma queda do número de empregados com carteira de trabalho assinada (0,7%) e dos empregados sem carteira (2,5%). A taxa de desemprego na região



metropolitana do estado manteve-se abaixo da taxa de desemprego nacional. Adicionalmente, a taxa de desemprego do estado tem caído (de 7% para 5,6% em doze meses) ao longo de doze meses – enquanto se manteve estável em nível nacional (7,5%). Apesar da estabilidade em nível nacional, há grandes variações entre as regiões metropolitanas, sendo o maior aumento do desemprego verificado em São Paulo (de 7,7% para 8,6%) e no Recife (de 8,9% para 9,5%).

A redução na taxa de desemprego no Rio decorre em parte da maior queda da oferta de trabalho no estado (em relação ao país). Por outro lado, é possível que uma maior flexibilidade do salário real na cidade (onde existe um maior percentual de empregados no setor informal do que em outras regiões metropolitanas) possibilite menores variações da taxa de desemprego durante o ciclo econômico.



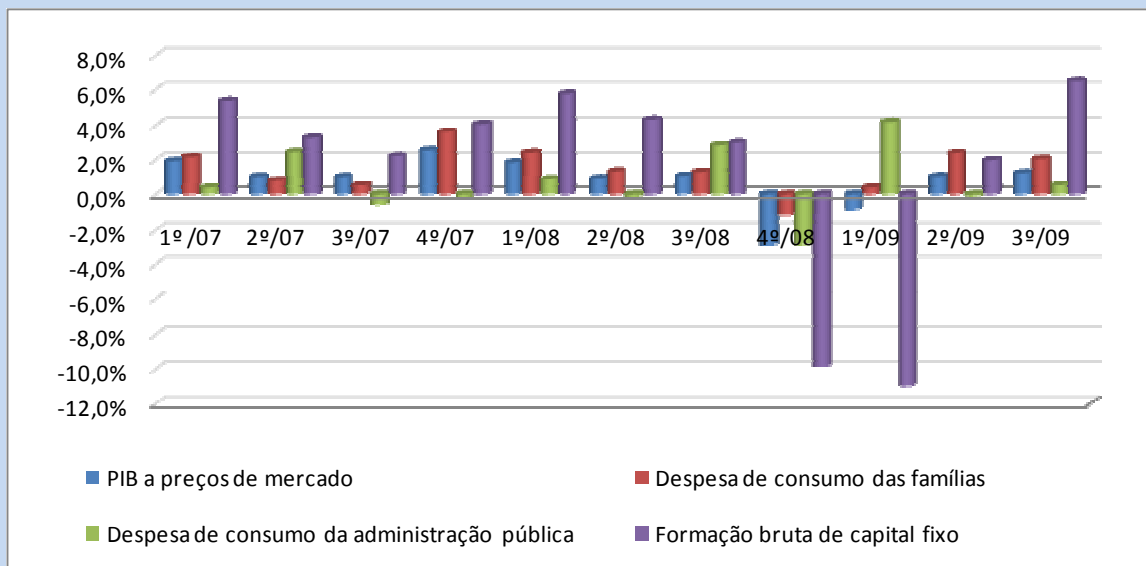
PANORAMA DA ECONOMIA FLUMINENSE					
PRODUÇÃO E VENDAS		Variação mensal (%)		Variação em 12 meses (%)	
		set/09	out/09	set/09	out/09
Produção na Indústria Extrativa (1)	BR	-3,0%	2,2%	-9,4%	-8,1%
	ERJ	-2,1%	2,1%	9,9%	9,7%
Produção na Indústria de Transformação (1)	BR	0,5%	6,7%	-7,5%	-2,9%
	ERJ	2,2%	4,1%	-6,2%	-3,6%
Vendas no Varejo (2)	BR	-3,1%	8,3%	8,2%	11,5%
	ERJ	-3,8%	9,3%	9,5%	11,9%
ÍNDICE DE PREÇOS		Variação mensal (%)		Variação em 12 meses (%)	
Índice de Preços ao Consumidor (3)	BR	0,2%	0,0%	5,0%	4,5%
	ERJ	0,1%	0,2%	4,9%	4,5%
OCUPAÇÃO E RENDA		Variação mensal (%)		Variação em 12 meses (%)	
Pessoas Economicamente Ativas (4)	BR	-0,1%	-0,3%	1,4%	0,6%
	ERJ	-0,5%	-0,2%	-0,3%	-1,6%
Rendimento Médio Real do Trabalho (5) (9)	BR	0,1%	0,1%	3,0%	3,0%
	ERJ	-0,4%	-0,4%	1,9%	1,9%
Empregado sem carteira (6)	BR	1,9%	-0,9%	-4,0%	-3,3%
	ERJ	2,2%	0,2%	-5,8%	-2,5%
Empregado com carteira (7)	BR	-0,2%	0,3%	1,5%	0,0%
	ERJ	-1,9%	0,7%	0,9%	-0,7%
DESEMPREGO		set/09	out/09	set/08	out/08
Taxa de Desocupação (8)	BR	7,7	7,5	7,7	7,5
	ERJ	5,5	5,6	6,9	7,0

Fonte: Elaboração própria da Sefaz-SSEE a partir de séries de dados do IBGE e FGV.

(1) Produção física industrial, PIM-PF Brasil (BR) e Regional (RJ) - IBGE. (2) Receita nominal de vendas no comércio varejista, PMC - IBGE. (3) Índice de Preços ao Consumidor, FGV (RJ e BR). (4) População economicamente ativa, PME-IBGE. (5) Rendimento médio real efetivamente recebido do trabalho principal, PME-IBGE. (6) População ocupada sem carteira de trabalho assinada, PME-IBGE. (7) População ocupada com carteira de trabalho assinada, PME-IBGE. (8) Taxa de desocupação, PME-IBGE. (9) As variações do mês de outubro se referem às do mês anterior. Observações: As informações coletadas pela PME se referem às regiões metropolitanas.



Evolução do PIB trimestral, com ajuste sazonal (em relação ao trimestre anterior)



Fonte: Elaboração própria a partir da PIM-PF Brasil (BR) e PIM-PF Regional (RJ) - IBGE.

III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties

A Receita Patrimonial no acumulado do ano alcançou o montante de R\$4.962,04 milhões (-23,5%) e R\$570 milhões no quinto bimestre (-19,7%), conforme a Tabela 9. O principal motivo desta queda foi o decréscimo da receita de participações governamentais sobre a produção de petróleo e gás, que foi de 22% no bimestre e 26,7% no acumulado do ano. Esta queda se explica principalmente pela queda nos preços internacionais do petróleo (-44,3%), que não foi suficientemente compensada pelo aumento do câmbio (18%) e da produção (9,3%) no período de cálculo do bimestre (Jul-Ago)⁸.

O valor dos resgates dos CFTs⁹, segunda maior receita patrimonial, efetuados no quinto bimestre de 2009 foi 4% maior que o realizado no mesmo período de 2008 (Tabela 9). No acumulado do ano há redução foi de 4%, refletindo em parte o comportamento do IGP-DI, indexador do principal dos certificados, que determina o valor desses ativos financeiros do Estado no momento do seu resgate. Cabe lembrar que a receita advinda do resgate desses títulos é resultado da permuta de haveres financeiros com o Tesouro Nacional. Pela troca, o Estado recebeu CFTs, cedendo ativos associados às receitas estaduais da produção de petróleo e gás à União até 2014. Os CFTs não se constituem, portanto, fonte de receita adicional efetiva para o Estado, visto que seu valor é indiretamente subtraído das receitas de petróleo, eliminando qualquer contribuição líquida destes títulos para as receitas consolidadas do Estado, salvo por diferenças temporais no calendário de seu resgate. Sua natureza de resgate de ativo financeiro também contrasta com sua classificação habitual entre as receitas correntes do Estado.

Tabela 9

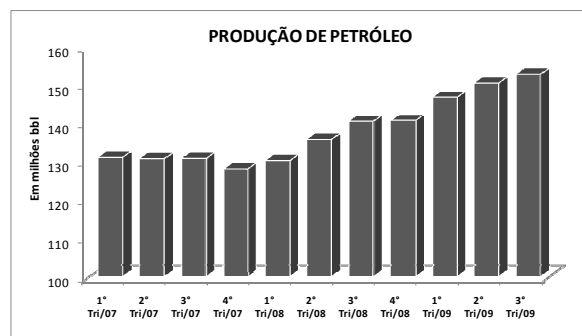
RECEITA PATRIMONIAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SET-OUT 2008/ SET-OUT 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT)		var %
	2008	2009		2008	2009	
RECEITA PATRIMONIAL	709,43	570,00	-19,7%	6.489,76	4.962,04	-23,5%
Petróleo	452,43	352,69	-22,0%	4.921,53	3.376,99	-31,4%
Royalties	451,91	352,30	-22,0%	1.881,17	1.378,68	-26,7%
Part. Especial	0,00	0,00	0,0%	3.038,17	1.996,75	-34,3%
FEP	0,52	0,39	-25,3%	2,19	1,56	-28,7%
CFT's	136,63	142,09	4,0%	1.161,75	1.115,69	-4,0%
Aplic. Financeiras	111,46	68,26	-38,8%	359,57	422,45	17,5%
Demais Rec. Patrimoniais	8,91	6,95	-22,0%	46,90	46,91	0,0%

Gráfico 2



⁸ De acordo com a Lei 7990/1989 e a Lei 9478/97, a produção utilizada para o cálculo das indenizações de petróleo e gás natural possui uma defasagem de dois meses em relação ao recebimento de tais receitas.

⁹ *Certificados Financeiros do Tesouro.*



III.1.3 Receita de Transferências

As receitas de transferências somaram R\$736,73 milhões no quinto bimestre de 2009, e R\$3.800,41 milhões no acumulado do ano, o que representa, respectivamente, uma variação negativa de 1,7% e positiva de 13% (Tabela 10). Este aumento está relacionado basicamente ao efeito da maior vinculação ao FUNDEB (passou-se a vincular 20% dos tributos estaduais em vez de 16,66%) e ao crescimento das transferências fundo a fundo do SUS.

No bimestre, a elevação das receitas do FUNDEB remontou em R\$ 36 milhões (+13,4%); no acumulado do ano, houve aumento de R\$326,98 milhões (+26,7%).

Na prática, o crescimento da receita recebida do FUNDEB é apenas a contrapartida da maior transferência que o Estado fez ao Fundo, e em menor medida ao crescimento da participação do Estado sobre o volume de recursos do FUNDEB, também relacionada à transição de FUNDEF para FUNDEB, no qual as matrículas do Ensino Médio entraram progressivamente no cálculo do rateio entre o Estado e Municípios.

O aumento da receita do SUS (+R\$ 180,46 milhões, ou 35%), é devido ao aumento dos preços na tabela de procedimentos de média e alta complexidade, bem da capacidade do estado levantar recursos adicionais para programas de combate à gripe suína, dengue, e investimentos em equipamentos na rede própria, nefrologia, e capacitação de profissionais de saúde.

O FPE apresentou uma redução de 6,1% no bimestre e 5,1% no acumulado do ano. Essa queda se deve à redução da arrecadação federal de IR em decorrência da desaceleração econômica e, em maior medida, à queda na arrecadação de IPI, por conta de desonerações concedidas pelo governo federal, além da redução da produção. Também o IPI-Exp apresentou queda de 16,6% no bimestre e 19,7% no acumulado do ano em relação aos

Tabela 10

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SET-OUT 2008/ SET-OUT 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT)		var %
	2008	2009		2008	2009	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	749,82	736,73	-1,7%	3.363,93	3.800,41	13,0%
Transf da União	416,84	399,41	-4,2%	1.956,23	2.067,89	5,7%
FPE	106,21	99,68	-6,1%	582,67	553,06	-5,1%
IPI exp	97,47	81,31	-16,6%	447,17	358,98	-19,7%
IOF	0,01	0,01	-36,3%	0,06	0,05	-17,4%
CIDE	14,23	20,66	45,2%	81,31	49,11	-39,6%
SUS	98,74	123,68	25,3%	516,17	696,63	35,0%
Salário Educação	38,98	43,80	12,4%	198,77	229,11	15,3%
Lei Kandir	14,30	14,30	0,0%	71,48	71,48	0,0%
Demais Transf. da União	46,90	15,97	-65,9%	58,59	109,48	86,9%
FUNDEB	268,80	304,80	13,4%	1.226,20	1.553,18	26,7%
Convênios	63,64	32,06	-49,6%	179,53	176,62	-1,6%
Outras Transf. Corr.	0,54	0,46	-15,0%	1,97	2,72	38,1%

O aumento das receitas de transferências no acumulado de 2009 (+13%) está relacionado basicamente ao efeito da maior vinculação do FUNDEB, e ao aumento das receitas do SUS.

O FPE apresentou redução de 6,1% no bimestre e 5,1% no ano, enquanto o IPI-Ex apresentou queda de 16,6% no bimestre e 19,7% no ano; houve ainda perda de R\$ 32,2 milhões na transferência da CIDE.

mesmos períodos do ano anterior, pelos mesmos motivos acima.

Outras transferências da União apresentaram acentuada queda no bimestre, com exceção para o Salário Educação (+12,4%) e CIDE (+45,2%). Assinale-se que, ao contrário do Salário Educação, cujos montantes cresceram 15,3% no ano, as transferências da CIDE apresentaram queda de 39,6% em relação a 2008.

As “Demais Transferências da União” apresentaram variação negativa de 65,9% no bimestre, porém bastante positiva (+86,9%) no ano. Este aumento no acumulado do ano é decorrente de um repasse de R\$ 40 milhões a maior do FNDE para alimentação escolar.

Por fim, cabe ressaltar a diminuição da receita de Convênios, de 1,6% no acumulado do ano, e de 49,6% no quinto bimestre, ambos em relação ao respectivo período de 2008.

III.1.4 Demais Receitas Correntes

As “Demais Receitas Correntes” apresentaram reduções de 34,1% no bimestre e 5,5% no ano. No entanto, deve-se levar em consideração a reclassificação das receitas do DETRAN da Rubrica “Receita de Serviços” para “Taxas” (cujo impacto nas receitas tributárias já foi devidamente comentado), e o encontro de contas da CEDAE, que originou o recebimento de R\$ 300 milhões em “Receitas de Dívida Ativa” no acumulado do ano.

Quando se realiza o ajuste para estes fatores, observa-se que houve crescimento de 16,7% no ano, e uma redução de 23,1% na comparação bimestral.

As Receitas de Contribuições apresentaram crescimento de 0,4% no quinto bimestre, mas de 8,9% no acumulado do ano, em relação aos mesmos períodos de 2008, determinado basicamente pela expansão dos gastos em

Tabela 11

DEMAIS RECEITAS CORRENTES

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SET-OUT 2008/ SET-OUT 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT)		var %
	2008	2009		2008	2009	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	579,07	381,90	-34,1%	2.163,12	2.043,96	-5,5%
Receita de Contribuições	138,63	139,19	0,4%	646,24	703,70	8,9%
Receita Agropecuária	0,01	0,01	32,3%	0,03	0,15	381,6%
Receita Industrial	0,32	0,22	-31,6%	1,07	4,20	293,0%
Receita de Serviços	109,06	55,18	-49,4%	671,34	258,30	-61,5%
Multas e Juros de Mora	51,11	51,92	1,6%	218,41	246,76	13,0%
Indenizações e Restituições	12,07	32,77	171,5%	74,76	84,69	13,3%
Dívida Ativa	16,64	18,50	11,2%	78,69	375,74	377,5%
Receitas Diversas	251,23	84,11	-66,5%	472,57	370,42	-21,6%

Pessoal e Encargos Sociais decorrentes de aumentos salariais e contratações.

As “Multas e Juros de Mora” elevaram-se em 1,6% no bimestre. O crescimento de 13% no acumulado do ano se deve, em grande parte, à regularização de débitos de contribuintes junto ao tesouro estadual, principalmente com relação ao IPVA.

Até outubro, a arrecadação da “Dívida Ativa” variou positivamente em R\$297,05 milhões (+377,5%). Entretanto, descontadas as receitas do acerto de contas da CEDAE, a rubrica apresentou ligeira queda no ano (-3,8%). Houve, no entanto, variação positiva de 11,2% no quinto bimestre, reflexo da adoção do reforço na cobrança dos créditos tributários realizada pela subsecretaria de receita. Neste contexto, destaca-se o protesto de títulos da dívida, autorizado por lei em final de 2008, e implementado com o apoio do Tribunal de Justiça, em meados de 2009.

III.2 Receitas de Capital

Não obstante terem tido um desempenho abaixo das metas da programação orçamentária para o ano, as “Receitas de Capital”, que incluem o desembolso de empréstimos, apresentaram elevação de 466,9% no quinto bimestre (+R\$178,29 milhões) e 132,5% (+R\$451,16 milhões) no acumulado do ano em relação aos respectivos períodos em 2008 (Tabela 13).

O desembolso do PEF-1 por parte do BNDES permitiu que as “Operações de Crédito” apresentassem expressiva expansão de 399,3% no bimestre e de 10,6% no acumulado ano.

Também apesar de abaixo das metas, as “Transferências de Capital” foram o grande destaque no período, com crescimento de 5.916,8% (+R\$125,88 milhões) no bimestre e 345,9% (+R\$413,13 milhões) no acumulado do ano em relação aos mesmos períodos do ano anterior. Esta variação é decorrente da regularização do ritmo do

Tabela 12

RECEITA DE CAPITAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SET-OUT 2008/ SET-OUT 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT)		var %
	2008	2009		2008	2009	
RECEITAS DE CAPITAL	38,19	216,48	466,9%	340,49	791,65	132,5%
Operações de Crédito	12,31	61,49	399,3%	128,14	141,73	10,6%
Alienação de Bens	1,35	0,01	0,0%	1,55	0,45	-70,7%
Amortiz. de Empréstimos	22,11	26,91	21,7%	87,50	116,71	33,4%
Transf. de Capital	2,13	128,01	5916,8%	119,43	532,56	345,9%
Outras Rec. de Capital	0,29	0,06	-80,8%	3,88	0,20	-94,9%

desembolso de recursos pelo governo federal no âmbito do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro

A dotação orçamentária anual, já consideradas as alterações orçamentárias efetuadas ao longo do ano, alcançou R\$42,9 bilhões. Em relação à dotação inicial, aprovada na Lei nº 5.369, de R\$41.942 milhões, o crescimento foi de 2,3% (R\$975,8 milhões). Quando comparada ao bimestre anterior, a dotação aumentou R\$168,5 milhões concentradas em fontes não Tesouro, com destaque para: R\$32,5 milhões de recursos vinculados a novos convênios; R\$19,5 milhões decorrentes de excesso de arrecadação do SUS; R\$47 milhões de superávit financeiro no Fundo Especial do Tribunal de Justiça e R\$37,6 e R\$14,6 milhões no DETRAN e na LOTERJ, respectivamente, decorrentes de excesso de arrecadação do exercício.

Do contingenciamento inicial de R\$1.633 milhões, imposto por força da frustração de algumas receitas, ainda permaneceram contingenciados R\$1.111 milhões que serão revisados no próximo bimestre em consonância com reestimativa periódica de receita.

A execução da despesa até outubro de 2009¹⁰ – descontadas as classificadas como intra-orçamentárias — alcançou um valor liquidado de R\$31,95 bilhões¹¹, representando 76,4% do valor disponível para o ano (Tabela 13). Em relação ao mesmo período de 2008, o crescimento foi de

Tabela 13

**EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL
JAN-OUT 2008 / JAN-OUT 2009**

R\$ milhões

ANO	DOTAÇÃO	CONTING.	DISPONÍVEL	LIQUIDADO JAN-OUT	% LIQ. / DISPONÍVEL
2008	38.557	250	38.307	29.012	75,74%
2009	42.918	1.111	41.808	31.952	76,43%

* Desconsideradas as despesas intra-orçamentárias.

** Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Ainda neste bimestre, o Estado mantém a disciplina de que compromissos não podem ser criados sem um lastro seguro na arrecadação, permanecendo o contingenciamento de despesas financiadas com recursos do Tesouro no valor de R\$1,11 bilhão.

¹⁰ A despesa é analisada pela ótica da liquidação nesta seção.

¹¹ Estes valores já refletem a declaração de não-dependência da CEDAE, seguindo o que foi feito a partir do último bimestre de 2008, em relação à Imprensa Oficial, que também é não dependente.



10,1% (+R\$2,9 bilhões). O uso do espaço orçamentário do Executivo também vem se dando em ritmo sustentado, tendo sido empenhados, até o final de outubro, R\$32,30 bilhões dos R\$ 39,52 bilhões liberados para o período janeiro-dezembro (Tabela 14).

As despesas do Poder Executivo cresceram 10,0% no acumulado do ano, quando comparadas a igual período de 2008 (Tabela 15). A média de crescimento dos Outros Poderes nesses dez meses foi de 9,7% em relação ao mesmo período de 2008, com maior crescimento nas despesas de custeio.

O incremento de 14,7% (+R\$60,69 milhões) na despesa do Ministério Público e de 11,7% (+R\$178,42 milhões) no TJ está concentrado em pessoal, quase que em sua totalidade por conta do pagamento de despesas de exercícios anteriores que requereram até outubro, R\$48,97 milhões no MP e R\$68,49 milhões no TJ. As despesas de exercícios anteriores, embora sejam classificadas como gastos de pessoal, não se qualificam para o cálculo dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, por não pertencerem ao orçamento corrente, ainda que suportada pelo Tesouro do Estado. A LRF considera a anualidade das despesas para o cálculo dos limites fixados.

IV.1 Despesa por Fonte de Recurso

Os recursos do Tesouro Estadual continuam financiando a maior parte da despesa: 70,3% do gasto total do bimestre, equivalentes a R\$22,46 bilhões, em um gasto total de R\$ 31,95 bilhões, participação equivalente à de 2008.

Apesar da redução de algumas receitas, como transferências do FPE, participações

Tabela 14

UTILIZAÇÃO DA COTA ORÇAMENTÁRIA PODER EXECUTIVO
Janeiro-Outubro 2009*

R\$ Mil					
Dotação Anual - Poder Executivo	Cota Orçamentária Liberada 3º Quad **	Cota Empenhada (Jan-Out)	% Empenho / Cota	Cota Liquidada (Jan-Out)	% Liquidado / Cota
40.633.719	39.523.119	32.308.366	81,7%	30.247.061	76,5%

*Inclui despesas intra-orçamentárias / Exclui CEDAE e IO

** Valores publicados na Res. SEPLAG/SEFAZ nº 71 de 10/11/2009

Tabela 15

DESPEZA POR PODERES - ERJ
JAN-OUT 2008 / JAN-OUT 2009

R\$ milhões			
DISCRIMINAÇÃO	JAN-OUT 2008	JAN-OUT 2009	Δ %
PODER EXECUTIVO*	26.459	29.118	10,05%
ALERJ	360	391	8,74%
TCE	260	270	3,91%
TJ	1.522	1.701	11,72%
MP	411	471	14,78%
SUBTOTAL	29.012	31.952	10,13%
DESP. INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.170	1.213	3,70%
TOTAL GERAL	30.182	33.165	9,88%

* Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Fonte: SIG

Posição de 23/11/2009

No âmbito do Ministério Público e do TJ, as despesas de pessoal de exercícios anteriores, que não entram no teto da LRF, continuam requerendo significativa soma de recursos.



governamentais na produção de petróleo e CIDE, houve um aumento de 9,4% nas despesas financiadas com recursos do Tesouro, implicando em um esforço adicional do Estado.

As despesas financiadas com recursos de Outras Fontes somaram R\$9,48 bilhões no período de janeiro a outubro de 2009 (11,8% mais do que em 2008). O crescimento esteve concentrado nas despesas financiadas com os recursos provenientes de arrecadação própria de órgãos da administração indireta, basicamente o Rioprevidência, (84,7%), repetindo o cenário dos meses anteriores. Em que pese a menor arrecadação dos recursos oriundos da exploração de petróleo, o colchão de reserva que o instituto constituiu quando o preço do petróleo estava mais alto permitiu dar continuidade ao financiamento das despesas com inativos e pensionistas sem requerer recursos adicionais do Tesouro. Apesar do crescimento de R\$461,64 milhões (+8,92%) nas despesas regulares com inativos e pensionistas, quando comparadas ao mesmo período de 2008, no total, o dispêndio do Rioprevidência cresceu apenas R\$276,02 milhões, por conta da expressiva redução no pagamento de sentenças judiciais (- R\$237,25 milhões). O esforço do Rioprevidência para regularizar passivos herdados de outras administrações tem fortalecido significativamente sua condição financeira e melhorado a programação de suas despesas.

Houve crescimento de 15,42% no gasto com pensionistas, em decorrência do intenso trabalho desenvolvido pelo órgão para garantir a atualização dos valores das pensões, enquanto as despesas com inativos cresceram 7,44%.

Tabela 16

DESPESAS POR FONTE DE RECURSO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-OUT 2008 / JAN-OUT 2009

DISCRIMINAÇÃO	R\$ MILHÕES		VAR %
	2008 JAN-OUT	2009 JAN-OUT	
RECURSOS DO TESOURO	20.527	22.463	9,4%
00 - ORDINÁRIOS PROV. DE IMPOSTOS	15.139	16.883	11,52%
01 - ORDINÁRIOS NÃO PROV. DE IMPOSTOS	1.126	1.351	19,92%
04 - INDEN.PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO	2.085	2.009	-3,63%
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	131	160	21,70%
06 - FUNDO DE PART. DOS ESTADOS	637	561	-11,99%
11 - OP. DE CRÉDITO ATRAVÉS DO TESOURO	87	177	103,95%
22 - ADICIONAL DO ICMS - FECF	1.252	1.282	2,39%
26 - CONT. DE INTERV. DOMÍNIO ECON. - CID	56	41	-26,95%
90 - FUNDO DEPÓSITOS JUDICIAIS (LEI 11.429/06)	14		
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	8.485	9.489	11,8%
10 - ARREC. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA	6.635	7.040	6,11%
12 - CONVÊNIO - ADM. DIRETA	144	348	141,45%
13 - CONVÊNIO - ADM. INDIRETA	92	173	87,28%
15 - FUNDEB	1.126	1.333	18,31%
25 - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	400	463	15,78%
97 - CONSERVAÇÃO AMBIENTAL - FECAM	,00	,14	
98 - OUTRAS RECEITAS DA ADM INDIRETA	5	6	4,38%
99 - OUTRAS RECEITAS DA ADM DIRETA	83	127	53,25%
TOTAL GERAL	29.012	31.952	10,13%

*Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Fonte: SIG

Posição de 23/11/2009

A redução da receita de royalties, que constitui recursos próprios do Rioprevidência, não impactou as despesas do órgão por conta do bom desempenho desta receita em 2008, que gerou um superávit financeiro de R\$1,35 bilhão.

O aumento de 15,4% nas despesas com pagamento de pensionistas do Rioprevidência reflete, em parte, a continuidade da política de aceleração na concessão e na atualização dos valores das pensões de seus segurados.



IV. 2 Despesa por grupo

As despesas de pessoal em todos os Poderes somaram R\$ 13,99 bilhões no primeiro semestre de 2009, 9,8% a mais do que o mesmo período de 2008. Os Outros Poderes aumentam em média 8,74% refletindo o aumento de 5% concedido a partir de setembro/2009 e o pagamento de despesas de exercícios anteriores, comentado na seção IV.1.

No âmbito do Executivo, a variação de 10,2% reflete, entre outras variáveis, a correção salarial concedida a profissionais da área de Educação (+R\$59,49 milhões) e Segurança (+R\$91,78 milhões), com efeitos financeiros a partir de setembro de 2008. Na área de saúde, o expressivo aumento de R\$347,05 milhões, se dá por conta da admissão de novos profissionais ao longo do segundo semestre, e da reclassificação das despesas com profissionais cooperativados¹².

O impacto financeiro decorrente do aumento de 5%, concedido para a área de Segurança, e da gratificação autorizada para o Programa de Capacitação em Operações Policiais Militares de Ocupação Estratégica Temporária e Polícia de Proximidade (POEPP), ainda não está refletido nas despesas desse bimestre¹³.

Consideradas ainda como despesas de pessoal, no pagamento de inativos e pensionistas o incremento de 8,9% é decorrente das correções salariais das categorias de educação e segurança, além da incorporação aos proventos dos

Tabela 17

DESPESAS POR GRUPO*
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-OUT 2008 / JAN-OUT 2009

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		VAR %
	2008 JAN-OUT	2009 JAN-OUT	
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.745	13.983	9,71%
1.1 - EXECUTIVO	5.096	5.618	10,26%
1.2 - ALERJ	308	317	3,10%
1.3 - TCE	236	248	5,04%
1.4 - TJ	1.161	1.295	11,62%
1.5 - MP	324	373	15,19%
1.6 - INATIVOS E PENSIONISTAS	5.174	5.635	8,92%
1.7 - PREVI-BANERJ	438	485	10,83%
1.8 - REFER	10	10	0,00%
2 - JUROS ENCARGOS E AMORT. DÍVIDA	2.593	2.960	14,14%
3 - DESPESAS DE CUSTEIO**	12.951	13.497	4,22%
3.1.1 - EXECUTIVO	3.903	3.845	-1,50%
3.1.2 - ALERJ	50	72	43,43%
3.1.3 - TCE	21	21	1,75%
3.1.4 - TJ	294	342	16,34%
3.1.5 - MP	69	76	10,24%
3.1 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.614	9.141	6,12%
3.2.1 - ENC. COM A UNIÃO / INDEN. DE ROYALTIES (EGE)	1.704	1.636	-3,98%
3.2.2 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB	2.289	2.638	15,26%
3.2.3 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	4.621	4.867	5,33%
4 - INVESTIMENTOS	611	1.405	129,93%
4.1 - EXECUTIVO	521	1.318	153,13%
4.2 - ALERJ	2	2	7,93%
4.3 - TCE	3	1	-75,96%
4.4 - TJ	67	63	-6,67%
4.5 - MP	18	21	17,63%
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	111	107	-4,25%
TOTAL GERAL	29.012	31.952	10,13%

*Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

** Exclui despesas com inativos e pensionistas, previ-banerj e REFER consideradas no grupo de despesas correntes

¹² As despesas com cooperativas até 2008 eram contabilizadas em despesa de custeio; por deliberação do TCE, em 2009, essas despesas passaram a ser contabilizadas no grupo de pessoal. Em 2008 essas despesas requereram no período R\$155,26 milhões e em 2009 R\$250,62 milhões, crescimento de 61,4%.

¹³ A lei do aumento só foi autorizada em 09/11/2009 com efeito retroativo e a percepção do benefício financeiro da gratificação está condicionada a execução de treinamento.

profissionais da área de educação do valor correspondente a gratificação do Programa Nova Escola, incidente já no mês de outubro, que requereu +R\$19 milhões.

No âmbito do custeio de todos os Poderes, os gastos aumentaram 4,10%. No Executivo a variação foi negativa, -1,89% (-R\$73,68 milhões), em relação ao mesmo período de 2008 (Tabela 16), justificada pela reclassificação das despesas com cooperativas, comentada na análise dos gastos de pessoal. Desconsiderado este valor, o crescimento das despesas de custeio do Executivo, em 2009 passa para 2,2% (+R\$81,57 milhões).

Apesar da pequena variação agregada, verificam-se variações expressivas no custeio da Educação (+R\$123,63 milhões), dos quais R\$44 milhões foram destinados à nutrição e R\$34,87 milhões à modernização da gestão escolar; na Segurança (+R\$24,49 milhões) para manutenção da frota de veículos atendendo, inclusive, municípios do interior fluminense; e na Loterj, onde o aumento de R\$54,20 milhões destinou-se ao pagamento de prêmios (esse aumento é consequência do aumento das vendas de loterias, sendo, portanto, autofinanciado). Pode-se concluir que o custeio do Executivo vem se mantendo estável possibilitando maior aplicação em investimentos.

No âmbito dos Poderes, o crescimento da despesa de custeio foi de 17,8% (+R\$77,27 milhões), cabendo ao TJ 62,2% deste aumento (+R\$48,09 milhões), basicamente por conta de custos indiretos com servidores: vale-alimentação, vale-transporte e auxílio-saúde.

As despesas com investimentos do Estado cresceram 129,9% (+R\$760,96 milhões). A

As despesas com investimentos foram impulsionadas pela aceleração das obras do PAC cujo crescimento foi de R\$339,86 e com a expansão e melhoria da malha viária +R\$129,75 milhões, em relação a 2008.

Tabela 18

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS		
INVESTIMENTOS	Em R\$ Mil	
	JAN-OUT/ 2008	JAN-OUT/ 2009
PAC SANEAMENTO	20	34.173
ARCO METROPOLITADO - PAC	3.681	20.843
PAC COMPLEXOS - Rocinha	3.028	32.785
PAC COMPLEXOS - Manguinhos	9.423	84.950
PAC COMPLEXOS - Alemão	2.301	187.544
PAC COMPLEXOS - Pavão Pavãozinho	8.412	11.695
AÇÕES DE EXP. E MELH. DA MALHA VIÁRIA / CONT. DE ENCOSTAS	75.102	204.859
RECUPERAÇÃO E MELHORIAS NAS UNIDADES ESCOLARES	52.628	130.761
MODERNIZ. DA EST. DE ARREC. E FISCALIZAÇÃO -SEFAZ	2.723	7.811
REFORMA E REEQUIP. DE PALÁCIOS OFICIAIS	15	7.418
GESTÃO DA FROTA DA PMERJ E PCERJ		18.616
REFORMA E MODERN. DA REDE PRÓPRIA DE SAÚDE	32.653	62.704
EXPANSÃO DA LINHA 1 DO METRÔ	73.037	128.179
MODERNIZAÇÃO DA FROTA DO CBMERJ	20.143	52.194
INCENTIVO À INOVAÇÃO E PESQUISA	3.405	35.776
DEMAIS INVESTIMENTOS (DIVERSAS ÁREAS)	324.661	385.121
TOTAL	611.232	1.405.428

aceleração das obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento requereram +R\$ 339,86 milhões; a expansão e melhoria da malha viária +129,75 milhões; a implantação da infraestrutura para dotar as escolas de ar condicionado +R\$78,13 milhões; as ações de meio ambiente +R\$93,87 milhões; as obras de expansão da Linha 1 do Metrô +R\$55,14 milhões e a modernização da frota da Defesa Civil +R\$32,05 milhões.

As inversões financeiras tiveram contração de 4,25% (-R\$4,73 milhões) por conta da menor despesa com o programa de desapropriação e aquisição de imóveis para expansão da rede escolar, que se concentrou em 2008. Por outro lado, o incentivo a implantação de novas empresas, custeado com recursos do FREMF – Fundo de Recuperação Econômica dos Municípios Fluminense, se manteve em níveis superiores aos de 2008 tendo sido aplicados no período R\$74,37 milhões.

IV. 3 Despesa por área de governo

Este número do boletim analisa as áreas sujeitas as despesas mínimas de acordo com índice constitucional, Educação, Saúde e Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM, além de uma discussão da execução do PAC. Incluiu-se ainda um Box descritivo das ações realizadas pela SEFAZ na atual administração.

IV. 3.1 Saúde – Índice Constitucional

Nos primeiros dez meses de 2009, o gasto com a saúde, financiado com recursos do Tesouro, foi de R\$1,64 bi, com incremento de 10,1% (+R\$151,03 milhões) em relação ao mesmo período em 2008.

Tabela 19

APURAÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM SAÚDE						
DISCRIMINAÇÃO	Em R\$ milhões					
	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		
	2008	2009	Δ %	2008	2009	Δ %
Base de Cálculo Tradicional	2.796	2.644	-5,5%	13.116	13.306	1,5%
Mínimo a ser aplicado em Saúde (12%)	336	317	-5,5%	1.574	1.597	1,5%
Nova Base de Cálculo*	3.288	3.177	-3,4%	15.406	15.982	3,7%
Mínimo a ser aplicado em Saúde (12%)	395	381	-3,4%	1.849	1.918	3,7%
Total da Despesa	401	326	-18,8%	1.498	1.649	10,1%
Índice Tradicional (Aplicação)	14,3%	12,3%		11,4%	12,4%	
% Aplicação	12,2%	10,3%		9,7%	10,3%	

Fonte: SIG/SAFEEM
Posição: 23/11/2009
*Metodologia TCE/SIOPS

As despesas com a saúde aumentaram 10,1% nos dez primeiros meses do ano



Em função da nova metodologia de cálculo do índice constitucional, recomendada pelo TCE¹⁴, o valor mínimo a ser aplicado em saúde aumentou em R\$321,11 milhões no período jan-out/2009. O percentual realizado até o segundo quadrimestre foi de 10,3% segundo a nova metodologia.

Não obstante a aplicação estar abaixo da média anual para o novo mínimo exigido, é importante destacar que o comportamento da execução orçamentária e financeira da saúde é historicamente sazonal, concentrando-se, principalmente, nos últimos meses do ano. Se o somatório dos compromissos assumidos pelo Estado (empenho) for considerado como parâmetro para o cálculo, a aplicação no período seria de 12,6% da base de cálculo e, portanto, acima do índice já ampliado (Tabela 20).

A análise da execução orçamentária das despesas consideradas para cálculo do índice constitucional evidencia que, no período janeiro-outubro/2009, o dispêndio com pessoal e encargos sociais requereu R\$901,07 milhões contra R\$ 717,45 milhões de igual período de 2008, incremento de 25,6% (+R\$183,62 milhões), já considerada a reclassificação das despesas com as cooperativas (Tabela 21). O pessoal da saúde conta com: pessoal civil estatutário, pessoal contratado por tempo determinado, cooperativados e pessoal militar da Defesa Civil com especialidade na área de saúde, discriminados na Tabela 22.

A aparente contração de 1% nas despesas de custeio não reflete o montante de compromissos já

Tabela 20

APURAÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM SAÚDE COM BASE NA DESPESA EMPENHADA (JAN - OUT)

DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO			
	2008	2009		
Nova Base de Cálculo*	15.406	15.982		
Mínimo a ser aplicado em Saúde (12%)	1.849	1.918		
EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT)				
Total da Despesa	EMP	LIQ	EMP	LIQ
	1.774	1.498	2.020	1.649
Índice Const. Aplicado	11,5%	9,7%	12,6%	10,3%

Posição: 23/11/2009

Tabela 21

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FUNÇÃO SAÚDE POR GRUPO DE DESPESA

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT)					
	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT)		
	2008*	2009	Δ %	2008*	2009	Δ %
PESSOAL	156.520	194.737	24,4%	717.451	901.073	25,6%
CUSTEIO	192.753	91.785	-52,4%	621.008	614.506	-1,0%
INVESTIMENTOS	12.772	19.800	55,0%	69.002	41.653	-39,6%
INVERSÕES FINANC.					5.570	
AMORT. DA DÍVIDA	38.923	19.410	-50,1%	90.730	86.427	-4,7%
TOTAL	400.968	325.732	-18,8%	1.498.191	1.649.229	10,1%

Posição: 23/11/2009

*Considera cooperativas no Grupo de Pessoal

**Cooperativas em 2008: Jan-Out = R\$155,26 milhões; Set-Out = R\$36,32 milhões

Tabela 22

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PESSOAL SAÚDE

DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO		Δ%
	JAN-OUT 2008*	JAN-OUT 2009	
PESSOAL MILITAR	133.130	200.029	50,3%
PESSOAL CIVIL	577.738	699.677	21,1%
Estatutário	378.180	377.684	-0,1%
Contratação por Tempo Determinado	43.371	73.548	69,6%
Cooperativados*	156.188	248.445	59,1%
SENTENÇAS, INDENIZAÇÕES E RESSARCIMENTOS	6.583	1.367	-79,2%
TOTAL DESPESA PESSOAL SAÚDE	717.451	901.073	25,6%

*Posição: 23/11/2009

**Em 2008 as despesas com cooperativas eram contabilizadas como custeio

14 Como já explicado em edições anteriores do BTF, o Tribunal de Contas do Estado – TCE/RJ recomendou ao Executivo Estadual que alterasse a metodologia de apuração do índice constitucional a partir do exercício de 2009, no que tange aos recursos transferidos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Até 2008, este cálculo era efetuado subtraindo-se as transferências ao FUNDEB do valor do denominador. Mais recentemente, o TCE recomendou que a partir do exercício de 2009 as transferências ao FUNDEB deixassem de ser subtraídas.

assumidos. O trâmite administrativo desde o faturamento até a liquidação da despesa exige um significativo intervalo de tempo, em virtude da atestação de serviços e/ou fornecimento de insumos por todos os agentes. A despesa empenhada atinge R\$919,41 milhões e a liquidação de R\$614,50 milhões representa 66,8% dos serviços contratados. A inversão de tendência do cenário de baixa liquidação só deverá ocorrer no próximo bimestre, tendo em vista o encerramento do exercício. (Tabela 21).

Os investimentos na saúde também decresceram em relação ao mesmo período de 2008 (-39,6%). Isto se dá porque não houve ampliação significativa no número de Unidades de Pronto Atendimento – UPAs em relação a 2008. No decorrer de 2009 foram inauguradas 2 unidades e estão em fase de implantação mais 2, levando o total para 25 unidades em funcionamento. Além disso, em 2008 houve a conclusão da construção de um hospital municipal que requereu recursos estaduais.

Dos R\$41,65 milhões liquidados, detalhados no quadro a seguir, os maiores valores estão concentrados na aquisição de equipamentos para hospitais e laboratórios (R\$12,38 milhões), incluindo a importação de 40 equipamentos de raio-X para UPAs, que requereram R\$4,48 milhões; na construção do Hospital da Mulher foram aplicados R\$11,18, e do Centro de Diagnósticos e Imagem, no centro do Rio de Janeiro, que absorveu R\$4,06 milhões.

A redução de 4,7% (-R\$4,30 milhões) na amortização da dívida dos contratos de saneamento, confirma os efeitos positivos da tendência de desaceleração da taxa de câmbio a partir do segundo semestre de 2009.

As despesas com cooperativas de saúde cresceram 59,1% (+R\$92,25 milhões), em virtude da implantação de 23 UPAs.



Tabela 23

DESPESAS DE CAPITAL FUNÇÃO SAÚDE (INVESTIMENTOS E INVERSÕES) RECURSOS DO TESOURO				
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	HISTÓRICO	JAN-OUT 2009		
		EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
Em R\$				
2961 - FES	DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS	5.570.000	5.570.000	5.570.000
	AQUISIÇÃO DE 45 AMBULÂNCIAS DE SUPORTE BÁSICO E 76 AMBULÂNCIAS COM UTI	16.002.500	254.000	254.000
	OBRAS E REFORMAS NO H.E ALBERT SCHWEITZER, H.E. GETÚLIO VARGAS, SUBSOLO DO HEMORIO, H. E. PEDRO II, H. E. CARLOS CHAGAS E H. E. ROCHA FARIA - MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	1.598.352	641.896	391.192
	OBRAS E REFORMAS NO H. E. ALBERTO TORRES E H. E. TAVARES MACEDO - MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO	2.755.691	2.148.421	2.148.421
	OBRAS E REFORMAS NO H. E. AZEVEDO LIMA E NO I. E. DE DOENÇAS DO TORAX ARY PARREIRAS- MUNICÍPIO DE NITERÓI	792.691	361.863	361.863
	OBRA DE RESTRUTURACAO DO INST. DE DERMATOLOGIA SANITÁRIA	210.604	210.584	210.584
	OBRAS DA CONSTRUÇÃO DO H.E. SÃO JOÃO DE MERITI - HOSPITAL GERAL DA MULHER	12.022.178	11.180.320	9.601.534
	OBRAS DE CONSTRUCAO DA FARMACIA CENTRAL DE DISPENSACAO (RIO DE JANEIRO)	2.273.871	2.012.376	1.356.363
	OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM NO CENTRO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	4.835.727	4.068.618	2.719.561
	MÓDULOS PARA COMPOSIÇÃO DE UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO - UPAs	16.489.000	5.695.000	5.695.000
	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS HOSPITALARES	24.818.633	12.386.737	11.990.836
	ESTUDOS E PROJETOS	107.173	22.657	22.657
	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE (DIVERSOS)	8.048.803	2.747.634	2.747.634
TOTAL FES		95.525.224	47.300.105	43.069.644
2971 - IVB	AMPLIAÇÃO, RECONSTRUÇÃO, RESTAURAÇÃO E MODIFICAÇÃO	14.809	-	-
	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.115	3.006	3.006
TOTAL IVB		22.924	3.006	3.006
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL SAÚDE		95.548.148	47.303.111	43.072.650

Os crescentes recursos do Tesouro aplicados na saúde, junto com a mudança de gestão do setor, vêm se traduzindo na maior oferta, diversidade e qualidade de serviços. As internações nos hospitais próprios da Secretaria, especificamente hospitais com serviços de emergência, passaram de 30.456 em 2006 para 82.972 em 2008 (+172,4%), devendo ter crescido ainda mais em 2009. Esse resultado é decorrente da ativação e abertura de novos leitos—inclusive novos 259 leitos de UTI— que permitiu o aumento da taxa de ocupação e redução do tempo de permanência, principalmente pela disponibilização de insumos e medicamentos, além de melhoria na realização de exames o que possibilitou fazer diagnósticos com maior rapidez.

O aumento dos recursos destinados à saúde, junto com as mudanças na gestão do setor, já apresenta resultados na melhoria dos serviços prestados à população: +259 leitos de UTI; +52.000 internações e +43.000 procedimentos cirúrgicos por ano



Havia 205 Unidades de Tratamento Intensivo – UTI em 2005, número que deverá aumentar para 464 até o final de 2009, representando mais do que a duplicação da oferta (+126%). Assinale-se que a maior parte dos leitos antigos foram modernizados, já que os equipamentos existentes anteriormente estavam obsoletos.

Nesse contexto, destaca-se também o aumento de 367% no número de procedimentos cirúrgicos entre 2006 e 2008. No ano passado foram executadas 54.629 cirurgias, enquanto em 2006 houve apenas 11.700 cirurgias.



BOX 2 – Despesas da Área de Saúde financiadas com Outras Fontes

Além das receitas do Tesouro do Estado, a área de saúde se beneficia de diversas outras fontes, notadamente o SUS, que também contribui para o Fundo Estadual de Saúde—FES.

A receita fonte SUS somou R\$778,18 milhões até outubro. Esse valor é superior à execução a despesa (R\$456,73 milhões). O maior percentual não executado está concentrado no FES, 58,0%, que executou R\$434,54 milhões contra recursos realizados de R\$749,58 milhões. A aparente defasagem reflete os mecanismos de alocação desses recursos, que vêm apenas gradualmente se desenvolvendo com vistas a se alinharem com a política geral de saúde para o Estado.

RECEITA REALIZADA DA ÁREA DE SAÚDE FONTES – Não Tesouro

		Em R\$ mil					
UO	FONTES DE RECURSO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT)		
		2008	2009	Δ%	2008	2009	Δ%
FES	CONVÊNIOS	2.895	283	-90,2%	18.365	24.440	33,1%
	SUS	101.882	138.346	35,8%	526.986	749.582	42,2%
TOTAL FES		104.777	138.629	32,3%	545.351	774.022	41,9%
UERJ - HUPE	SUS	6.541	7.678	17,4%	18.885	25.324	34,1%
TOTAL UERJ - HUPE		6.541	7.678	17,4%	18.885	25.324	34,1%
SEAP	SUS	1.412	519	-63,2%	3.492	3.280	-6,1%
TOTAL SEAP		1.412	519	-63,2%	3.492	3.280	-6,1%
IVB	CONVÊNIOS	1.514	14	-99,1%	3.665	2.867	-21,8%
	DIRETAMENTE ARREC.	1.327	663	-50,0%	6.830	8.389	22,8%
TOTAL IVB		2.842	677	-76,2%	10.495	11.257	7,3%
TOTAL CONVÊNIOS		4.409	297	-93,3%	22.030	27.307	24,0%
TOTAL SUS		109.834	146.543	33,4%	549.363	778.185	41,7%
TOTAL DIRETAMENTE ARREC.		1.327	663	-50,0%	6.830	8.389	22,8%
TOTAL GERAL		115.571	147.503	27,6%	578.222	813.882	40,8%

As despesas financiadas com fontes não-Tesouro, aí incluídas as do SUS, de convênio e diretamente arrecadadas, totalizaram R\$498,28 milhões nos primeiros dez meses de 2009. Esse valor é 22,2% maior que o total executado no mesmo período em 2008 quando foram gastos R\$407,63 milhões. Do total executado, 92,8% (R\$462,36 milhões) concentram-se no Fundo Estadual de Saúde – FES. Mais de R\$ 20 milhões foram aplicados no hospital universitário, e R\$ 13,7 milhões no Instituto Vital Brasil—IVB, sendo estes primordialmente financiados por receitas próprias do instituto. Infelizmente, parte das despesas com convênios do FES (89,2%) são relativas à devolução de recursos de convênios antigos não executados, ou cuja execução não correspondeu ao plano de aplicação pactuado.



DESPESA DA AREA DE SAÚDE FONTES – Não Tesouro

UO	FONTES DE RECURSO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT)		
		2008	2009	Δ%	2008	2009	Δ%
FES	CONVÊNIOS	4.000	18.623	365,6%	4.113	27.819	576,4%
	SUS	82.008	138.092	68,4%	378.190	434.543	14,9%
TOTAL FES		86.008	156.715	82,2%	382.303	462.362	20,9%
UERJ - HUPE	SUS	5.261	5.412	2,9%	18.343	21.765	18,7%
TOTAL UERJ - HUPE		5.261	5.412	2,9%	18.343	21.765	18,7%
SEAP	SUS	174	252	44,9%	252	422	67,2%
TOTAL SEAP		174	252	44,9%	252	422	67,2%
IVB	CONVÊNIOS	372	493	32,4%	1.647	3.477	111,2%
	DIRETAMENTE ARREC.	982	1.060	8,0%	5.089	10.258	101,6%
TOTAL IVB		1.354	1.553	14,7%	6.736	13.735	103,9%
TOTAL CONVÊNIOS		4.372	19.116	337,2%	5.760	31.296	443,4%
TOTAL SUS		87.442	143.756	64,4%	396.786	456.730	15,1%
TOTAL DIRETAMENTE ARREC.		982	1.060	8,0%	5.089	10.258	101,6%
TOTAL GERAL		92.796	163.931	76,7%	407.634	498.284	22,2%

Dos R\$434,54 milhões executados pelo FES com recursos do SUS, R\$ 260 milhões foram transferidos para os municípios fluminenses e R\$ 76,3 milhões aplicados na Assistência Farmacêutica. Na Rede Hospitalar e Ambulatorial do Estado foram aplicados R\$55,07 milhões. Os demais recursos cumprem programas específicos pactuados com o Ministério da Saúde (R\$42,31 milhões).

IV. 3.2 Educação – Índice Constitucional¹⁵

A base de cálculo do índice de aplicação de recursos em educação cresceu 3,7% até outubro de 2009 em relação a período equivalente em

¹⁵ O orçamento da Função Educação engloba as dotações das seguintes unidades orçamentárias:

1801 - Secretaria de Estado de Educação - SEEDUC

3702 - Encargos Gerais do Estado - EGE/SEFAZ

4041 - Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa - FAPERJ

4043 - Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

4044 - Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC

4045 - Fundação Universidade do Estado do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

4046 - Fundação Centro de Ciências de Educação Superior à Distância - CECIERJ

Excepcionalmente, em 2008 a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - SECT (UO 4001) executou as obras de reforma no Campus da UERJ.

2008, definindo uma aplicação mínima de R\$3,99 bilhões (Tabela 24).

O gasto total na função Educação foi de R\$3,90 bilhões crescimento de 9,1% (+R\$ 324,80 milhões) em relação ao mesmo período de 2008, alcançando 24,4% do limite constitucional.

Expressiva parcela do índice é financiada com o “retorno do FUNDEB”, ou seja, recursos do Estado aplicados no FUNDEB e devolvidos para despesas do próprio Estado, (+24,0%). Para financiar parte da educação nos municípios, o Estado transferiu através do FUNDEB (Perda Líquida) o expressivo valor de R\$1,11 bilhão até quinto bimestre. (Tabela 25). O incremento de 15,3% na contribuição do Estado para a formação do Fundo é explicado pelo escalonamento das alíquotas de repasse das rubricas que compõem a base de cálculo, que neste terceiro ano de implementação, atinge o limite máximo de 20% estabelecido pela Lei 11.494/2007.

Tabela 24

APURAÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM EDUCAÇÃO
Em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUTUBRO)		
	2008	2009	Δ %	2008	2009	Δ %
BASE DE CÁLCULO (receita)	3.288	3.178	-3,4%	15.406	15.984	3,7%
Mínimo a se aplicado em Educação 25%	822	794	-3,4%	3.852	3.996	3,7%
Despesa Aplicada no Período	751	853	13,6%	3.582	3.906	9,1%
ÍNDICE - CONSTITUCIONAL - RECURSOS APLICADOS	22,8%	26,8%	17,5%	23,2%	24,4%	5,1%

Fonte: SIG/SIAFEM
Extração 23/11/2009

Tabela 25

FUNDEB-Contribuição do Estado e Transferência Efetiva aos Municípios

Em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	ACUMULADO	JAN -OUT	JAN-OUT	Δ %
	2008	2008	2009	
Contribuição do Estado	2.775,19	2.288,65	2.637,80	15,3%
Retorno ao Estado	1.489,89	1.224,59	1.518,12	24,0%
Transf. Efetiva aos Municípios	1.285,30	1.064,07	1.119,67	5,2%

Tabela 26

DESPESA DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT)			PARTIC.UO DESP TOTAL 2009
	2008	2009	Δ %	2008	2009	Δ %	
SEEDUC	365.917	460.434	25,8%	1.744.241	1.966.786	12,8%	50,3%
EGE/SEFAZ	222.913	224.835	0,9%	1.064.066	1.119.674	5,2%	28,7%
SECT	1.200			5.177		-100,0%	0,0%
FAPERJ	25.886	19.683	-24,0%	135.064	123.751	-8,4%	3,2%
UERJ	67.381	71.256	5,8%	310.411	346.470	11,6%	8,9%
FAETEC	51.723	60.692	17,3%	246.224	270.551	9,9%	6,9%
UENF	13.187	14.037	6,4%	63.237	68.488	8,3%	1,8%
CECIERJ	2.767	2.031	-26,6%	13.166	10.668	-19,0%	0,3%
TOTAL DA DESPESA	750.975	852.969	13,6%	3.581.587	3.906.388	9,1%	100,0%

Fonte: SIG/SIAFEM

Extração 23/11/2009



Na despesa da Função Educação por Unidade Orçamentária destacam-se a SEEDUC com incremento de 12,8% (+R\$222,54 milhões), seguida da UERJ (11,6%), da FAETEC (9,9%) e da UENF (8,3%). Na UERJ, o crescimento decorre da maior soma de recursos aplicados no Programa de Incentivo à Permanência de Costistas (+R\$9,5 milhões) e no pagamento de residentes em saúde (+R\$11,56 milhões) que até 2008 foi financiado pelo FES e a partir de 2009 passou para a UERJ, por ser o Hospital Pedro Ernesto considerado Hospital-Escola.

Na FAETEC, o crescimento de R\$24,32 milhões, continua concentrado nas despesas de pessoal, basicamente decorrentes do enquadramento funcional de servidores por tempo de serviço e titulação, além da reclassificação de pessoal terceirizada, procedimento também adotada por recomendação do TCE.

Por último, na UENF que teve um crescimento de 8,3% (+ R\$ 5,25 milhões) também concentrado na área de pessoal relativo ao enquadramento dos servidores da entidade.

Na FAPERJ, a aparente contração de 8,4%, (-R\$11,31 milhões), decorre da reestruturação do programa de bolsas da FENORTE (-R\$3,60 milhões) e da redução das despesas com locação de bens móveis que ocorreram em 2008 (-R\$7,63 milhões). O auxílio a pesquisadores se mantém no mesmo patamar do período jan-out do ano anterior (R\$76,24 milhões).

Na CECIERJ a contração das despesas é resultado do menor gasto com pessoal terceirizado (-R\$2,49 milhões).

Em relação aos gastos por grupo de despesa, o dispêndio em pessoal (ativo) na Função Educação teve incremento de 6,7% (+R\$129,89 milhões) em relação ao mesmo período de 2008 (Tabela 27). A maior parte desta despesa (50,7%) está concentrada na própria SEEDUC (Gráfico 3), seguida da FAETEC (31,1%) e da UERJ (12,8%).

Na Secretaria de Educação, cumprindo compromisso do Governo, a gratificação do Programa Nova Escola já começou a ser incorporada, de forma escalonada, aos vencimentos, a partir de outubro/2009, o que exigirá neste exercício +R\$50 milhões. Já recebiam o benefício 69.670 profissionais e será estendida a inativos e pensionistas. O impacto financeiro dessa gratificação no bimestre set-out reflete também a alteração de valores pagos de forma proporcional ao tempo de serviço. Ainda na Educação grande parte do aumento se dá por conta da incorporação das despesas do DEGASE na função educação.

Na FAETEC o aumento de pessoal já foi comentado acima e na UERJ o incremento de R\$13,58 milhões é decorrente do pagamento do Plano de Cargos e Salários dos profissionais, docentes e técnicos, implantado em dezembro último de forma parcelada a cada seis meses.

No âmbito do custeio as despesas cresceram 9,6% (+R\$ 152,34 milhões). Quando desconsideradas as transferências ao FUNDEB, cujo crescimento foi de 5,2%, a variação da despesa no âmbito das unidade executoras é de 18,6% (Tabela 28).

A maior parcela por conta da SEEDUC (+R\$126,93 milhões), discriminada a seguir:

Tabela 27

DESPESA DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO POR GRUPO

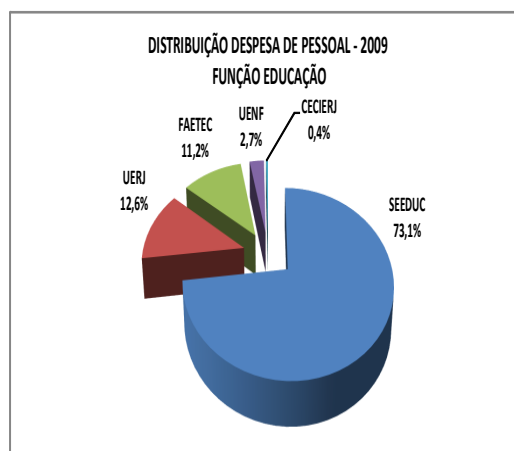
Em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT)		
	2008	2009	Δ %	2008	2009	Δ %
PESSOAL	412.327	428.679	4,0%	1.937.428	2.067.321	6,7%
CUSTEIO	329.785	388.176	17,7%	1.585.231	1.737.578	9,6%
INVESTIMENTO	6.413	36.114	463,2%	49.761	97.734	96,4%
INVERSÕES	2.450		-100,0%	9.167	3.755	-59,0%
TOTAL DA DESPESA	750.975	852.969	13,6%	3.581.587	3.906.388	9,1%

Fonte: SIG/SIAFEM

Extração 23/11/2009

Gráfico 3



- R\$75,58 milhões: pessoal de apoio administrativo terceirizado;
- R\$21,59 milhões: aquisição de uniformes para alunos;
- R\$9,54 milhões: modernização das unidades administrativas do Departamento de Ações Sócio-Educativas – DEGASE;
- R\$9,4 milhões: alimentação dos adolescentes do DEGASE; e
- R\$4,50 milhões: atividades extra-curriculares da SEEDUC.

Na UERJ a despesa acumulada até outubro é o reflexo no custeio das despesas continuadas cujo crescimento de 28,4% (+R\$19,02 milhões), estão concentradas em sua maior parcela nas ações de auxílio financeiro a estudantes e no pagamento de residentes em saúde que até 2008 foi financiado pelo FES e, a partir de 2009 passou para a UERJ, por ser o Hospital Pedro Ernesto considerado hospital-escola. Na FAETEC e CECIERJ a aparente contração reflete a reclassificação de despesas com terceirizados, atualmente contabilizados como despesa de pessoal.

Neste bimestre, os investimentos tiveram um crescimento expressivo de 96,4% (+R\$47,9 milhões), com maior participação da Secretaria de Educação (73,4%) por conta do andamento mais acelerado das obras relativas ao Programa Climatizar. Segue-se a FAPERJ que, por conta da Lei da Estadual de Inovação, sancionada em 2008, passou a identificar as despesas de capital com projetos de pesquisa. O ritmo da liquidação que nesse bimestre atinge apenas 64% da despesa empenhada será acelerado no último bimestre porque a despesa realizada computada

Tabela 28
**FUNÇÃO EDUCAÇÃO
DESPESA DE CUSTEIO POR UO**

Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT)		
	2008	2009	Δ %
SEEDUC	249.550	376.487	50,9%
SECT	1.200		
FAPERJ	135.020	107.807	-20,2%
UERJ	66.988	86.011	28,4%
FAETEC	49.836	32.970	-33,8%
UENF	10.191	11.747	15,3%
CECIERJ	8.379	2.881	-65,6%
SUBTOTAL	521.165	617.904	18,6%
Transf.FUNDEB - Perda líquida	1.064.066	1.119.674	5,2%
TOTAL GERAL	1.585.231	1.737.578	9,6%

 FONTE SIG/SIAFEM
 Extração 23/11/2009

O crescimento dos investimentos neste bimestre, na área de educação, é reflexo da aceleração do ritmo de execução das obras de adequação das escolas para o Projeto Climatizar.

na apuração do índice constitucional considera a despesa liquidada.

Tabela 29

INVESTIMENTOS DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO RECURSOS DO TESOURO				
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	JAN-OUT 2009		
		EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
1801 - SEEDUC	REFORMA E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES EM DIVERSOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES	50.602.137	26.086.166	23.861.202
	ADEQUAÇÃO DE SALAS DE AULA - PROJETO CLIMATIZAR	60.520.477	43.676.986	41.729.443
	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.325.816	4.726.046	4.413.835
Total SEEDUC		116.448.430	74.489.198	70.004.481
4041 - FAPERJ	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES - LEI ESTADUAL DE INOVAÇÃO	15.987.186	15.943.645	14.889.060
Total FAPERJ		15.987.186	15.943.645	14.889.060
4043 - UERJ	PEQUENAS REFORMAS EM PAVILHÕES DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO	1.114.282	38.236	23.679
	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	779.714	690.810	660.202
Total UERJ		1.893.996	729.046	683.881
4044 - FAETEC	REFORMA EM GERAL EM CENTROS DE ENSINO TECNOLÓGICO DA FAETEC NO RIO DE JANEIRO, NITERÓI, VOLTA REDONDA, NOVA IGUAÇU, BELFORD ROXO E PETROPÓLIS	9.917.523	3.984.665	3.438.629
	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.440.164	1.335.191	1.255.906
Total FAETEC		15.357.687	5.319.856	4.694.536
4045 - UENF	OBRAS NO CENTRO DE CONVENÇÕES DA UENF	2.084.515	697.041	550.421
	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	553.996	515.501	510.698
TOTAL UENF		2.638.511	1.212.542	1.061.119
4046 - CECIERJ	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	224.778	39.782	20.733
Total CECIERJ		224.778	39.782	20.733
TOTAL DESPESA INVESTIMENTO FUNÇÃO EDUCAÇÃO		152.550.587	97.734.069	91.353.810

Dentre as despesas governamentais com limites mínimos constitucionais obrigatórios, a função educação é a que detém maior soma de recursos e, no âmbito das unidades gestoras, a Secretaria de Educação gerencia a maior parcela que abrange uma rede de 1.437 escolas, cerca de 1,25 milhão de alunos e 92.948 professores, o que exige um expressivo custo de manutenção, principalmente no pagamento da mão-de-obra.

Paralelamente, novas ações vêm sendo implementadas para a melhoria das ações pedagógicas:

- Projeto Conexão Educação: prevê a integração das 1.437 escolas até o final de 2010; cerca de 1,25 milhão de alunos



portarão cartões magnéticos, passe livre no sistema de transporte, com informações de seu histórico acadêmico;

- Projeto Climatizar: instalação de aparelhos de ar condicionado em todas as salas de aula, cujos valores aplicados constam da Tabela 28 de investimento;
- Projeto Geração Futuro: premiação dos melhores alunos com distribuição de laptop. Na primeira fase foram contemplados 2.000 alunos e a segunda fase contemplará 5.300 alunos; e
- Projeto Autonomia, em parceria com a Fundação Roberto Marinho: visando reduzir a distorção série-idade. A primeira escola foi inaugurada em setembro/2009 em Cosmos Zona Oeste do Rio e beneficiará 300 alunos do Ensino Médio.



BOX 3 – Despesas da Área de Educação financiadas com Outras Fontes

A área de educação, além dos recursos do Tesouro, conta com o financiamento de outras fontes que representam 6,5% do total aplicado pelo Tesouro (Tabela 23). Os maiores valores, discriminados na Tabela ao lado, estão concentrados na SEEDUC e na UERJ.

Como se pode observar, com exceção da SEEDUC, órgão da administração direta, nas Fundações a capacidade de captar recursos deveria ser melhor explorada, pois, as receitas próprias, excluídas as provenientes de convênios firmados com destinação específica, somam apenas cerca de R\$27,04 milhões no período de dez meses.

Na SEEDUC, a parcela de recursos vinculados ao salário-educação e convênios com destinação específica (R\$210,40 milhões) representa 10,7% do gasto total no período, aí incluídas as despesas custeadas com recursos do Tesouro, demonstradas na Tabela 25.

O aumento nas despesas custeadas com salário-educação (+R\$28,50 milhões) está compatível com o crescimento da receita de 15% (+R\$30,33 milhões). A partir desse exercício de 2009, em complementação aos recursos de convênio, o salário-educação vem financiando parte das despesas com merenda escolar (R\$79,84 milhões), substituindo recursos do Tesouro que foram direcionados para aplicação em outras ações pedagógicas, uma vez que gastos com nutrição não são computados dentro do índice constitucional. Os recursos do salário-educação também financiaram parte das despesas com o Projeto Climatizar (+R\$56,24 milhões).

Em todas as unidades orçamentárias da área de educação, as despesas financiadas com recursos provenientes de convênios cresceram 20,7% (+R\$13,98 milhões) impulsionadas pela maior entrada de recursos, R\$96,92 milhões em 2009.

EXECUÇÃO DAS DESPESAS DE OUTRAS FONTES - ÁREA DE EDUCAÇÃO				
EM R\$				
TIT UO	FR	JAN-OUT 2008	JAN-OUT 2009	Δ% 2009/2008
SEEDUC	SALÁRIO-EDUCAÇÃO	131.349.867	159.854.164	21,7%
	CONVÊNIOS	26.377.674	50.549.252	91,6%
SEEDUC Total		157.727.541	210.403.416	33,4%
FAPERJ	CONVÊNIOS	23.102.954	13.112.594	-43,2%
FAPERJ Total		23.102.954	13.112.594	-43,2%
UERJ	DIRETAMENTE ARREC.	27.717.448	26.181.247	-5,5%
	CONVÊNIOS	12.879.033	12.960.507	0,6%
	SUS	426.639	207.421	-51,4%
UERJ Total		41.023.120	39.349.174	-4,1%
FAETEC	DIRETAMENTE ARREC.	145.988	-	
	CONVÊNIOS	2.420.575	1.760.946	-27,3%
FAETEC Total		2.566.563	1.760.946	-31,4%
UENF	DIRETAMENTE ARREC.	48.822	52.501	7,5%
	CONVÊNIOS	2.389.329	2.527.275	5,8%
UENF Total		2.438.151	2.579.776	5,8%
CECERJ	DIRETAMENTE ARREC.	646.273	811.577	25,6%
	CONVÊNIOS	481.078	729.355	51,6%
CECERJ Total		1.127.351	1.540.932	36,7%
TOTAL SALÁRIO-EDUCAÇÃO		131.349.867	159.854.164	21,7%
TOTAL CONVÊNIOS		67.650.643	81.639.928	20,7%
TOTAL DIRETAMENTE ARREC.		28.558.531	27.045.325	-5,3%
TOTAL SUS		426.639	207.421	-51,4%
TOTAL GERAL		204.882.727	255.634.244	24,8%

*No âmbito da UERJ, o Hospital Universitário Pedro Ernesto conta com recursos do SUS contabilizados na Função 10 (Saúde)

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FONTE DE RECURSO						
Em R\$ mil						
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT)		
	2008	2009	Δ %	2008	2009	Δ %
TESOURO/FUNDEB	365.917	460.434	25,8%	1.744.241	1.966.786	12,8%
SALÁRIO-EDUCAÇÃO	61.089	44.986	-26,4%	131.350	159.854	21,7%
CONVÊNIOS	6.934	16.559	138,8%	26.378	50.549	91,6%
TOTAL	433.940	521.979	20,3%	1.901.969	2.177.190	14,5%

IV. 3.3 FECAM

A menor aplicação de recursos em projetos ambientais financiados com o Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM (-36%)¹⁶, neste exercício de 2009, se explica pela menor expectativa de arrecadação de receitas oriundas de royalties e participações especiais, expressa na programação orçamentária e financeira publicada no começo do ano. Em vista da LOA incluir uma projeção de receita (feita em meados de 2008) maior do que a adotada na programação do início do ano, permaneceriam contingenciados R\$72 milhões no final do 5º bimestre (Tabela 30).

Apesar da menor dotação liberada, a execução orçamentária apresenta melhor desempenho em 2009 do que em 2008: houve acréscimo de R\$36,1 milhões (+34,6%) executados até o final do 5º bimestre, equivalente a uma aplicação de 4,4% da receitas totais das participações governamentais sobre a produção de petróleo e gás, bem próximo ao mínimo constitucional de 5% (Tabela 31).

A despesa compromissada, por seu turno, já atinge 86,4% dos recursos disponíveis (R\$178,35 milhões).

No quinto bimestre, pode-se destacar o desempenho do INEA, da RIOTRILHOS e do próprio Fundo Estadual de Conservação Ambiental, conforme demonstra a Tabela 32. Essas unidades orçamentárias são responsáveis pela execução de 88,4% do montante realizado no período (R\$124,1 milhões).

Tabela 30

ORÇAMENTO ANUAL FECAM (2008 - 2009)				
ÓRGÃO	Em R\$ Mil			
	2008 EXECUÇÃO	2009		Δ% DISP. 2009 / EXEC.2008
		LOA	DISPON.	
SEOBRAS	31.966	25.200	25.200	-21,2%
DER	109			
CEDAE	103.838			
CEHAB	17.314	4.750	3.350	-80,6%
SEA	34.489	34.000	23.982	-30,5%
FECAM	15.331	70.221	48.530	216,6%
INEA	64.201	91.569	52.588	-18,1%
CENTRAL	8.000			
RIOTRILHOS	46.949	52.679	52.679	12,2%
TOTAL	322.197	278.419	206.330	-36,0%

Tabela 31
BASE DE CÁLCULO PARA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO FECAM

Em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT)		
	2008	2009	%	2008	2009	%
	Base de Cálculo	388	300	-22,6%	4.655	3.181
Mínimo a ser aplicado em FECAM 5%	19	15	-22,6%	233	159	-31,7%
Total da Despesa	44	41	-7,4%	104	140	34,6%
Índice Constitucional						
Recursos aplicados	11,3%	13,5%		2,2%	4,4%	

Tabela 32
EXECUÇÃO DO FECAM POR FUNÇÃO

Em R\$

FUNÇÃO	UO	JAN-OUT 2008	JAN-OUT 2009
Gestão Ambiental	SEA	11.106.597	6.154.899
	FECAM	5.164.432	5.982.705
	INEA	29.475.879	43.766.721
Total		45.746.909	55.904.324
Habitação	CEHAB	1.732.072	248
Total		1.732.072	248
Saneamento	SEOBRAS	31.956	4.158.211
	CEDAE	42.663.952	-
	FECAM		28.470.593
Total		42.695.908	32.628.803
Transporte	CENTRAL	7.644.740	-
	RIOTRILHOS	6.527.973	51.938.340
Total		14.172.713	51.938.340
TOTAL GERAL		104.347.602	140.471.716

¹⁶ O FECAM é responsável pela aplicação de 5% dos royalties e participações especiais atribuídos ao Estado do Rio de Janeiro, bem como do resultado de multas administrativas e condenações judiciais aplicadas por irregularidades constatadas pelos órgãos fiscalizadores do meio ambiente.

A Tabela 33 demonstra os principais investimentos realizados até 5º bimestre.

Tabela 33

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS FECAM 2009 (JAN-OUT)

FUNÇÃO	PRINCIPAIS INVESTIMENTOS	LIQUIDADO JAN-OUT 2009
GESTÃO AMBIENTAL	DESASSOREAMENTO E RECUPERAÇÃO DAS MARGENS DE DIVERSOS CURSOS D'ÁGUA	15.226.568
	PREVENÇÃO E CONTROLE DE INUNDAÇÕES E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS BACIAS IGUAÇU, BOTAS E SARAPUI - CONTRAPARTIDA DO PAC	12.327.445
	DRAGAGEM E LIMPEZA DO SISTEMA HIDROGRÁFICO - LAGOA FEIA, CANAL DAS FLECHAS E RIO PARAIBA DO SUL	10.716.167
	ECOLIMITES - COMUNIDADES DONA MARTA, ROCINHA, CHÁCARA DO CÉU E PARQUE DA PEDRA BRANCA	3.352.273
	DESPOILUICAO DO LAGO JAVARY - MIGUEL PEREIRA	2.829.605
	REFORMA DO IMÓVEL - DEPENDÊNCIAS DO INEA	2.630.431
	PLANO ESTADUAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PEGIRS - MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS	2.505.173
	AGENDA 21	508.653
	OUTRAS AÇÕES DE MENOR VALOR	178.547
TOTAL GESTÃO AMBIENTAL		50.274.863
SANEAMENTO	COMPLEMENTAÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA ZONA OESTE	25.730.360
	SANEAMENTO EM MAGÉ - CONTRAPARTIDA PAC	4.098.652
	CONSTRUCAO DOS TRONCOS COLETORES - MELHORIAS DAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DA BACIA DE CONTRIBUIÇÃO DA ETE DE ALEGRIA	2.500.000
	RECUPERAÇÃO DA ELEVATÓRIA DE CAIÇARAS - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA LAGOA RODRIGO DE FREITAS E DAS PRAIAS DA ZONA SUL	162.686
	OBRAS PARA REDUZIR A POLUIÇÃO DO COMPLEXO LAGUNAR DE MARAPENDI E TIJUCA	137.106
TOTAL SANEAMENTO		32.628.803
TRANSPORTE	EXPANSÃO DA LINHA 1 DO METRÔ - TRECHO CANTAGALO / IPANEMA	51.938.340
TOTAL TRANSPORTE		51.938.340
OUTRAS DE PEQUENO VALOR		5.629.461
TOTAL GERAL		140.471.716

IV. 3.4 Programa de Aceleração do Crescimento – PAC

A execução das despesas com o PAC nos primeiros dez meses de 2009 atinge R\$444,78, ou +R\$391,6 milhões a mais relativo ao mesmo período de 2008 (+735%). A despesa empenhada é de R\$797,51 milhões, sendo o percentual de liquidação 55,9% desse valor. O baixo percentual se explica pelo andamento das obras do Arco Rodoviário e daquelas gerenciadas pela CEHAB, que tem sido mais lento. Já o ritmo de empenho e liquidação da despesa da urbanização em áreas de baixa renda, vem sendo bem mais intenso (Tabela 34).

O PAC liquidou R\$ 444,78 milhões no período jan-out de 2009, tendo os recursos do Tesouro Estadual correspondido a 43,3% deste valor, dados em contrapartida às transferências federais.

Tabela 34

UO	ÁREA DE INTERVENÇÃO	2008		2009		Δ% EMP. 2009/2008	Δ% LIQ. 2009/2008
		EMPENHO	LIQUIDAÇÃO	EMPENHO	LIQUIDAÇÃO		
SEOBRAS	INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE - ARCO RODOVIÁRIO	21.448.119	3.681.053	111.894.517	20.843.227	421,7%	466,2%
	URBANIZAÇÃO DE FAVELAS*	88.165.179	32.946.155	391.142.583	316.973.638	343,6%	862,1%
	ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SISTEMA DE TRAT. ESGOTO	137.719.615	167.579	160.334.372	34.871.063	16,4%	20708,7%
CEHAB	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	43.461.616	12.612.996	67.658.348	16.983.489	55,7%	34,7%
INEA	PREVENÇÃO E CONTROLE AMBIENTAL DE INUNDAÇÕES	6.981.053	3.456.081	65.329.103	54.747.112	835,8%	1484,1%
ITERJ	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	465.528	348.020	1.159.290	363.339	149,0%	4,4%
TOTAL		298.241.110	53.211.886	797.518.213	444.781.867	167,4%	735,9%

*Complexo do Alemão, Complexo de Manguinhos, Rocinha e Morro Pavão-Pavãozinho

A execução do atual exercício ocorreu majoritariamente na SEOBRAS que foi responsável por R\$372,68 milhões (83,8%), dos quais R\$316,97 milhões foram destinados para a urbanização dos Complexos de Manguinhos e Alemão, Rocinha e Pavão-Pavãozinho. (Tabela 35).

Destaca-se também o Instituto Estadual do Ambiente – INEA, responsável pela execução das ações de prevenção e controle ambiental das inundações dos Rios Sarapuí e Iguaçú, que realizou 83% do empenhado, liquidando R\$54,74 milhões.

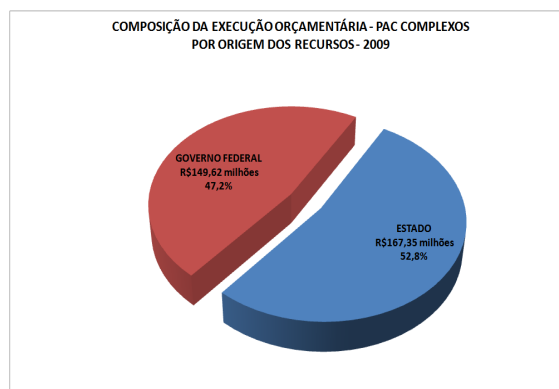
Por último, a CEHAB que aplicou R\$16,98 milhões, em melhorias habitacionais, urbanização do Morro Preventório e na construção de habitações no entorno das bacias do Rio Sarapuí e Iguaçú.

O Gráfico 4 demonstra a despesa empenhada, na urbanização dos Complexos, no período janeiro-outubro 2009 por fonte de financiamento, ficando evidenciada a maior participação de recursos do Estado. No início do programa a participação do Estado seria de 25% enquanto a da União seria de 75%, esses percentuais vêm se alterando na medida em que o orçamento de intervenções não

Tabela 35

ÁREA DE INTERVENÇÃO	2008		2009	
	EMP.	LIQ.	EMP.	LIQ.
PAC COMPLEXOS - SEOBRAS	88.165	32.946	391.143	316.974
Comunidade da Rocinha	9.143	3.028	55.503	32.785
Complexo do Alemão	40.469	11.065	217.063	187.544
Complexo de Manguinhos	17.368	10.363	104.577	84.950
Comunidade do Pavão-Pavãozinho	21.184	8.491	14.000	11.695
RECURSOS DO ERJ	27.790	17.659	192.672	167.352
RECURSOS FEDERAIS	60.376	15.287	198.470	149.622

Em R\$ Mil

Gráfico 4




previstas no projeto inicial não são absorvidas na mesma proporção pelas duas esferas de Governo. Atualmente esse já está em torno de 49% para o Estado e 51% para a União (ver tabela 35). A execução de 53% do ERJ demonstrada no Gráfico 4 abrange também os reajustamentos não previstos nas cláusulas inicialmente pactuadas, na realidade então, ao final do projeto o ERJ estará aplicando mais que 49%. O Anexo 8 demonstra detalhadamente a execução do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC por unidades executoras e ações.

Até outubro várias intervenções foram concluídas e algumas em fase de conclusão:

- no Complexo do Alemão, foram entregues mais 96 unidades habitacionais, perfazendo um total de 152, com infra-estrutura recreativa (campo de futebol, quadra poliesportiva e dois playgrounds), além de Centro de Geração de Renda que irá oferecer cursos profissionalizantes, tais como Construção Civil, Estética, Gastronomia e Idiomas;
- na Rocinha já foram efetivadas 250 desapropriações para permitir a execução das obras do segundo plano inclinado;
- no Pavão-Pavãozinho foram entregues 56 unidades habitacionais beneficiadas com redes de distribuição de água e coleta de esgoto, e mais 64 unidades já foram iniciadas; e

No Morro do Alemão já foram entregues 152 unidades habitacionais. Na Rocinha 250 desapropriações para construção do Plano Inclinado. Em Manguinhos estão sendo finalizadas 416 unidades habitacionais.



- em Manguinhos, foi dado início a elevação da via férrea que abrigará uma estação intermodal no Parque Metropolitano. Estão em fase de finalização as obras de 416 apartamentos e de diversos centros de referência e apoio à comunidade.

BOX 4 – Execução Orçamentária e Atividades da Secretaria de Fazenda

Desde 2007, a Secretaria de Fazenda—Sefaz-RJ vem progredindo no cumprimento de seus objetivos de arrecadar os tributos sob sua responsabilidade com eficiência e respeito ao contribuinte e gerir responsavelmente as finanças estaduais.

Tal progresso implica na renovação de seus quadros funcionais, e na realização de investimentos em áreas antes negligenciadas, especialmente em tecnologia da informação, apoio logístico e adequação do ambiente de trabalho, permitindo a Sefaz-RJ também se voltar mais ao atendimento ao contribuinte. As ações tomadas aumentam a transparência, qualificação profissional e qualidade das pesquisas, e melhoram os processos de arrecadação, ampliando a fiscalização e o controle. Com isto, objetiva-se um aumento duradouro e sólido da arrecadação e um controle mais eficaz dos gastos.

Um exemplo deste trabalho foi a recente Certificação Internacional (ISO 9001) alcançada pelo Conselho de Contribuintes, tornado o único tribunal administrativo tributário do Brasil a ter tal reconhecimento. A segurança jurídica e presteza proporcionada por essa transformação de gestão já se reflete em uma melhora no “ambiente de negócios” no estado. Contemporâneo a esse trabalho, houve uma melhora significativa no controle, previsibilidade, transparência e tempestividade nos pagamentos efetuados pelo Tesouro Estadual.

Todo esse trabalho exigiu uma racionalização de recursos orçamentários. A Tabela abaixo apresenta a evolução da despesa por grupo de 2006 a 2009. O incremento nas despesas ao longo do período está concentrado nas despesas com pessoal, que além de refletir a contratação de novos fiscais e a valorização dos servidores (e.g., aumento de 50% da Retaf em relação a 2006, levando a remuneração dos Oficiais de Fazenda para a média de R\$ 6,500 mensais), expressa o real perfil dessa despesa, antes camuflada pela contratação de mão-de-obra terceirizada, não especializada, agora substituída por pessoal concursado e pela contratação de pessoal técnico por prazo determinado. Como conseqüência, observa-se a contração dos gastos de custeio, não obstante a grande melhora no funcionamento das repartições da receita, inclusive pela provisão



adequada de material de escritório e outros elementos essenciais. Em 2006, a contratação de mão-de-obra terceirizada, pessoa física através da NUSEG, requereu R\$17,10 milhões. Em 2007, primeiro ano da atual gestão, a redução na contratação de mão de obra de terceiros se traduziu na contração desses gastos para apenas R\$12,04 milhões. A partir de 2008, esta despesa foi praticamente extinta, sendo aplicados somente R\$1,15 milhão que se referem a contratos firmados junto à pessoas jurídicas, especialmente, mão-de-obra na área de informática.

EXECUÇÃO SEFAZ POR GRUPO				Em R\$	
Grupo Despesa	Execução 2006	Execução 2007	Execução 2008	Disponível	Execução (Jan - Out 2009)
Pessoal	193.013.374	233.897.093	270.770.701	299.267.780	231.313.143
Custeio	37.641.739	32.726.034	29.705.734	34.053.289	20.883.698
Investimentos*	218.892	36.812	7.195.478	20.279.999	7.810.800
TOTAL	230.874.006	266.659.939	307.671.914	353.601.068	260.007.640

*R\$15,19 milhões em investimentos são financiados com recursos provenientes de op. crédito.

Pelo lado institucional, a renovação do quadro de servidores já empossou 177 novos fiscais de rendas aprovados em concursos que vem sendo realizados desde 2007, dos quais 100 profissionais aprovados no último concurso realizado em agosto de 2009. Ampliando a atuação da SEFAZ para além das atividades de arrecadação, pagamento e contabilidade, em dezembro de 2008 foi criada a carreira de Analista de Finanças Públicas, que será preenchida através de concurso público preliminarmente previsto para 2010, a exemplo do Governo Federal, que já conta com essa qualificação profissional. Além disso, a remuneração dos Contadores lotados na Fazenda vem sendo complementada com Gratificações de Encargos Especiais em média acima de R\$ 1.500/mês, que se somam à Retaf e aos Triênios.

O programa de investimentos da Sefaz-RJ inclui tanto a aquisição de equipamentos quanto a renovação das instalações. A rubrica de investimento é fundamental para dotar a Sefaz-RJ de capacidade de processar informações, e aumentou em 605% entre 2006 e 2008. Em 2009 a dotação disponível para essa finalidade supera R\$20,2 milhões, parte significativa dos quais relativos a empréstimos com instituições multilaterais e o BNDES (valor contratado de R\$15,2 milhões). Em particular, desde 2007 a Sefaz-RJ concluiu o programa PNAFE iniciado com a PNUD em administrações passadas (desembolso de R\$765 mil), e vem executando o programa PMAE com o BNDES (desembolso de R\$10,21 milhões). A Sefaz-RJ está completando ainda as negociações com o BID para iniciar o PROFAZ (R\$39,5 milhões), de cujo algumas despesas já vêm sendo antecipadas com recursos próprios do Tesouro Estadual.

A Sefaz-RJ investiu fortemente na reforma dos próprios estaduais em que suas unidades administrativas estão localizadas. Em 2009, além de benfeitorias em grande número de inspetorias—inclusive para aumentar a sua acessibilidade—foram feitos investimentos para a mudanças da Inspeção de Niterói e recuperação da de Angra dos Reis, além de reformas no prédio da Rua da Quitanda onde está instalado o Conselho de Contribuintes, como parte do trabalho de



certificação internacional deste conselho. Está em andamento ainda o recapeamento dos acessos de caminhões aos postos fiscais de Nhangapi e Levy Gasparian que neste exercício já requereram R\$1,2 milhão. Além desses investimentos, a Sefaz-RJ mantém uma cooperação com o Instituto Ético com vistas a dotar o posto de Nhangapi de condições mínimas de conforto para os servidores e instalação de equipamentos adequados, inclusive câmaras de televisão. Esta parceria, iniciada em 2006, apesar de alguns contratemplos vem apresentando resultados encorajadores. A parceria com alguns senhorios de instalações da Sefaz-RJ também se traduziu em notável melhora dos prédios, especialmente naquele onde grande parte das inspetorias especializadas se situa, na rua Visconde de Rio Branco 55, no Rio de Janeiro.

As instalações da atual sede da Sefaz-RJ na Rua da Alfândega, a partir do segundo semestre de 2010, deverão passar a funcionar no imóvel na Avenida Presidente Vargas nº 670 (antigo prédio do IPERJ), o que permitirá reunir em um só local a maioria dos departamentos da Sefaz-RJ, que atualmente ocupam diversos imóveis não muito próximos, muitos deles inadequados. O prédio da atual sede da Sefaz-RJ foi cedido gratuitamente, por 30 anos, à Academia Brasileira de Ciências (ABC), mediante Lei específica.

A mudança para um novo prédio vem sendo acompanhada de uma “reengenharia” de processos que se traduzem pela introdução de programas que diminuem a necessidade da presença do contribuinte nas repartições (e.g., Cadastro Fácil), centralização da intimação do contribuinte como parte da formação do Crédito Tributário (intimação pelo Conselho de Contribuintes, ao invés de necessidade de voltar à inspetoria), redução de papéis (reestruturação dos prazos de manutenção de documentos), entre outras.

O parque de informática foi grandemente modernizado com compra e aluguel de mais de 1000 novos computadores—diversos de aplicação específica, além da aquisição de licenças de softwares, inclusive de ponta, e desenvolvimento de uma grande gama de novos programas, especialmente para a Receita (AINF, Cupommania, NFe, etc.). Além disso, a Secretaria se prepara para lançar uma licitação para um ERP, que permitirá integrar a informação contábil e operacional do estado, vindo a substituir o atual SIAFEM. Este, tem sido objeto de uma série de aprimoramentos com vistas a garantir a integridade de todos os lançamentos e pagamentos do Estado, entre outras melhoras.

A qualificação de seus profissionais é outra importante frente de atuação da Sefaz-RJ, que levou à criação de uma Coordenação de Recursos Humanos, com recrutamento de profissionais especializados. A Sefaz-RJ tem também desenvolvido uma série de cursos, particularmente para a Receita. Em busca da qualificação máxima, a Subsecretaria de Finanças está aprimorando a sua gestão de processos em cooperação com seus funcionários, com vistas a também obter a certificação da ISO 9000.



Finalmente, com o objetivo de incentivar a produção de estudos sobre Finanças e Políticas Públicas, com foco no Estado do Rio de Janeiro, a Secretaria realizou o Prêmio Sefaz-Sedeis em Finanças Públicas e Desenvolvimento Econômico, que distribuirá R\$120 mil em premiações ainda neste exercício.

IV.4 Cota Financeira¹⁷

A fixação dos valores da cota financeira para emissão de PDs tem apresentado resultados positivos na medida em que induz os órgãos a estabelecerem um planejamento financeiro para o pagamento dos compromissos assumidos. A Subsecretaria de Política Fiscal- Supof, sob orientação da Subsecretaria de Finanças – Subfin, ao estabelecer os valores das cotas procura compatibilizar a programação de desembolso global e, especialmente dos órgãos individuais, ao fluxo de caixa do Tesouro. Para tanto, a partir da estratégia financeira desenvolvida pela Subfin, os valores são estabelecidos por unidade orçamentária e fontes de recursos, (Tesouro e Outras Fontes) para gastos de custeio e investimentos e distribuídos de acordo com uma programação mensal que dê suporte à programação orçamentária desenvolvida em conjunto com a Secretaria de Planejamento e Gestão - Seplag.

As despesas de pessoal e aquelas consignadas em Encargos Gerais do Estado, pelo seu caráter não-discricionário não têm limites para emissão de PDs, obedecendo à legislação de pessoal vigente e aos contratos de financiamento existentes. O saldo destas despesas define o espaço disponível para as despesas discricionárias e seu ritmo de execução.

Tabela 36

Em R\$ mil

FR	COTA FINANCEIRA LIBERADA (JAN-OUT)	COTA FINANCEIRA UTILIZADA (JAN-OUT)	% UTILIZAÇÃO
TESOURO	2.861.058	2.648.686	92,6%
OUTRAS FRs	1.880.078	1.028.510	54,7%
TOTAL	4.741.135	3.677.196	77,6%

O nível de utilização da Cota Financeira das “fontes próprias” ficou aquém do valor disponibilizado aos órgãos do Estado, tendo sido utilizados apenas 54,7% do limite calculado a partir da expectativa de receita declarada pelos órgãos.

¹⁷ Os valores apresentados na Tabela 36 estão acumulados.



No período janeiro-outubro, foram utilizados 77,6% da cota financeira liberada. Essa proporção reflete em grande parte a baixa execução das Outras Fontes, que são por vezes superestimadas, levando à definição de cotas excessivamente grandes. Embora, a partir do mês de maio tenha sido feito um ajuste no valor da cota liberada em Outras Fontes de recursos, tendo por base a efetiva disponibilidade financeira de cada órgão, a sua utilização ainda se mantém abaixo de 60% (Tabela 35).

Esses percentuais de utilização de Tesouro e Outras Fontes também levam a entender que há uma tendência de maior aplicação dos recursos do Tesouro, em detrimento dos recursos próprios e vinculados.

Observa-se ainda, que o baixo nível de liquidação em alguns órgãos resulta em uma substancial folga no efetivo uso dos recursos orçamentários e financeiros disponibilizados pela SEFAZ/SEPLAG: R\$1,06 bilhão, dos quais 80,0% na parcela correspondente a Outras Fontes (R\$851,56 milhões) e 20,0% em Tesouro (R\$212,37 milhões).

V ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

V.1. Pagamento de PD's

A Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ) continua priorizando os pagamentos das despesas efetuadas nas áreas da Saúde, Educação e Segurança e, por conseguinte, o adimplemento dessas obrigações é realizado com especial celeridade. Para essas áreas, o prazo observado no quinto bimestre de 2009 foi o mesmo praticado em 2008 (12 dias). Já nas demais áreas, a SEFAZ praticou o prazo médio de 19 dias na execução dos pagamentos, que se compara ao prazo de 18 dias praticado em 2008.

O Tesouro Estadual tem pago mais de 75% das Programações de Desembolso (PD's) emitidas pelos órgãos e entidades estaduais em até 30 dias após sua emissão. Na quase totalidade dos casos, os pagamentos em prazos mais longos devem-se a erros nas PD's enviadas; ainda nesses casos, em geral, o pagamento se dá em menos de 45 dias. Apenas uma em mil PD's é paga em mais de 45 dias depois de sua apresentação.

No tocante à Cota Financeira, observa-se que, em decorrência da proximidade do encerramento do exercício os órgãos têm se tornado mais diligentes. As áreas prioritárias (Educação, Saúde e Segurança) já converteram em média 95% das suas despesas liquidadas em Programações de Desembolso (PD's). Além disso, as áreas prioritárias utilizaram aproximadamente 99% da sua cota financeira liberada até o final do quinto bimestre.

Esta agilidade pode ser notada igualmente no desempenho dos Órgãos em liquidar os seus empenhos. A Educação, por exemplo, liquidou mais de 86% dos seus empenhos contra 78% do bimestre passado. A Segurança liquidou mais de 89% contra 87% do bimestre passado.

O maior indicador de que o Tesouro Estadual vem mantendo a celeridade na execução dos pagamentos é que

Tabela 37

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS 5º Bimestre de 2009

Áreas	PRAZO MÉDIO
Prioritária	12
Não Prioritária	19
MÉDIA GERAL	16

Fonte: Sistema de Apoio ao Trabalho Estadual - SAATE

Tabela 38

PDs POR PRAZO DE PAGAMENTO 5º Bimestre de 2009

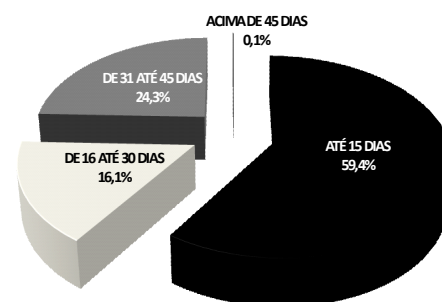


Tabela 39

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ OUTUBRO DE 2009

ÁREAS	EMPENHADO (A)	DESPESA LIQUIDADADA (B)	COTA LIBERADA (C)	COTA UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	420.787	364.462	347.385	347.179	344.679
SAÚDE	1.104.583	751.046	739.233	732.107	699.769
SEGURANÇA	382.772	341.431	324.145	320.861	308.902
DEMAIS	1.599.606	1.284.401	1.450.295	1.248.538	1.162.505
TOTAL	3.507.749	2.741.340	2.861.058	2.648.686	2.515.855

Fonte: Sistemas SIG e SIAFEM
Obs¹: Posição acumulada até Outubro de 2009
Obs²: Fonte de Recursos - Tesouro

ÁREAS	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	86,61%	104,92%	95,26%	99,94%	99,28%
SAÚDE	67,99%	101,60%	97,48%	99,04%	95,58%
SEGURANÇA	89,20%	105,33%	93,98%	98,99%	96,27%
DEMAIS	80,29%	88,56%	97,21%	86,09%	93,11%
TOTAL	78,15%	95,82%	96,62%	92,58%	94,99%



até o 5º bimestre deste ano o Tesouro já honrou aproximadamente 95% das PD's emitidas, contra 93% até o final do bimestre passado. Nas áreas prioritárias, 97% das PD's emitidas foram pagas, sendo que na Educação 99% das PD's emitidas foram honradas.

Em suma, por conta de um planejamento permanente do caixa do Estado, o Tesouro tem sido capaz de garantir a agilidade e eficácia da execução da programação orçamentária e financeira aprovada pelo Governador.



BOX 5 – Pagamento das Despesas do PAC

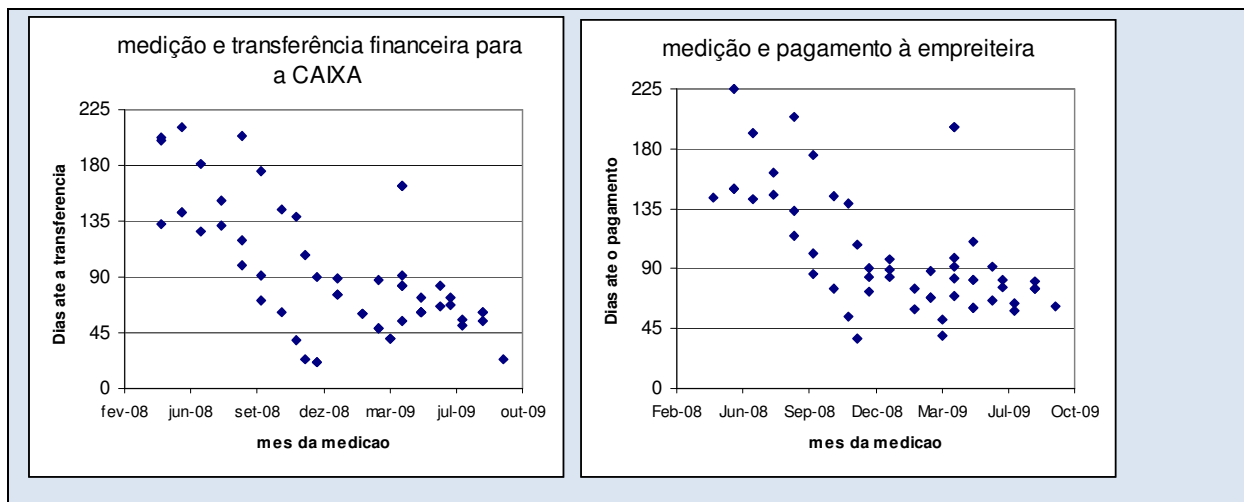
O pagamento das obras do PAC se reveste de características especiais, por se tratar de convênio com a União (veja seção V.7). Em particular, o Tesouro Estadual dá total prioridade ao pagamento à Caixa Econômica Federal—CEF, garantindo especial celeridade para a transferência de recursos e quitação das contrapartidas devidas. De posse das contrapartidas, a CEF pode autorizar o saque dos recursos pelo órgão e este efetua o pagamento final pelos serviços. Ao contrário das despesas ordinárias, o pedido de pagamento ao Tesouro não se dá por meio de PD's emitidas pelo órgão via sistema, mas através de ofício específico, após exame da despesa pela CEF.

É mister, portanto, observar, que o maior tempo entre a execução do serviço e o pagamento se dá na verificação das medições efetuadas pelos órgãos atestando aquela execução. Esta análise se dá dentro das regras dos convênios federais—inclusive no que foi ajustado para permitir o PAC. Em particular, no início do programa, a longa tramitação de procedimentos e da adequação dos QCl's (Quadro de Composição de Investimentos) junto à CEF, chegou a criar um hiato significativo entre medição e emissão de PD. Ao final de 2008 o governo federal adotou um mecanismo simplificado que permite o pagamento antecipado das faturas, com averiguação final da conformidade ex-post. Assim, hoje ocorre o seguinte procedimento:

1. emissão do documento de medição para fins de atestação pela CEF - Responsável: Órgãos Fiscalizadores;
2. encaminhamento do documento de medição para CEF – Responsável: Intervenientes Executores;
3. atestação do documento pela CEF e indicação dos valores que serão pagos com recursos do Estado (contrapartida) e com recursos do Governo Federal - Responsável: CEF;
4. emissão e envio da Fatura pela empresa ao respectivo interveniente executor , com base no resultado de “3” - Responsável: Empresa;
5. emissão de PD e encaminhamento de ofício para o Tesouro solicitando a transferência financeira para a conta-corrente específica de cada convênio na CEF - Responsável: Interveniente Executor ;
6. execução da PD de transferência financeira do Tesouro para a CEF - Responsável: Tesouro;
7. autorização de saque - Responsável: CEF ;
8. encaminhamento pelo interveniente executor de ofício à CEF solicitando o pagamento à empresa - Responsável: Interveniente Executor.

Em 2008 a tramitação dos procedimentos acima listados, exigia cerca de 150 dias, devido principalmente à complexidade envolvida na etapa 3. Com a nova metodologia autorizada pelo governo federal, esse prazo caiu significativamente, permitindo que as faturas sejam pagas com maior celeridade. No caso das obras no morro do Alemão mostradas nos gráficos a seguir, verifica-se que o prazo entre medição (conclusão do serviço) e pagamento está em pouco mais de dois meses, variando algumas semanas de fatura a fatura. Destes 45-90 dias, a parte referente ao hiato entre o pedido e a liberação do pagamento pelo Tesouro é tipicamente de apenas alguns dias, e entre o pedido e o pagamento final solicitado à CEF de pouco mais de uma semana.

De modo mais geral, o ritmo das obras e dos pagamentos depende da programação orçamentária (espaço fiscal para empenho e contratação), assim como mudanças no projeto, que venham a ter impacto nessa programação. Como observado alhures, por uma série de razões, o montante da contrapartida sob responsabilidade do Tesouro Estadual tem sido historicamente maior do que o previsto inicialmente nos convênios.



V.2 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

O Sistema de Pagamento de Concessionárias de Serviços Públicos – SIPC foi criado por meio do Decreto nº 35.670, de 09 de junho de 2004, com a finalidade de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira para pagamento de despesas efetuadas por órgãos estaduais com serviços públicos. Ele inclui, atualmente, 12 concessionárias.

O supracitado Decreto determina que os órgãos estaduais cujas despesas sejam arcadas com fontes de recurso do Tesouro devem disponibilizar a este os créditos orçamentários correspondentes ao fornecimento de serviços com concessionárias de Serviços Públicos, por meio de descentralização.

Nesta sistemática de pagamento por intermédio da descentralização orçamentária foi registrado, até outubro de 2009, um faturamento de R\$ 99 milhões, tendo sido quitado, até o presente momento, 92% dessa importância, conforme pode-se aferir da tabela abaixo.

Tabela 40

Acompanhamento da execução das despesas com Concessionárias incluídas no SIPC

Janeiro a Outubro - 2009

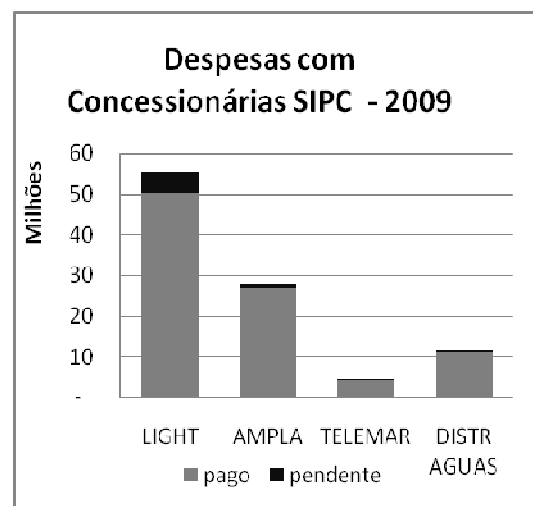
Favorecido	Faturado	Empenhado	Liquidadado	Pago	R\$ mil
					% Pago x Faturado
LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S/A	55.238	53.363	50.489	49.685	90%
AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.	27.773	28.764	27.119	26.996	97%
TELEMAR NORTE LESTE S/A	4.450	3.841	3.581	3.365	76%
AGUAS DE NITEROI S.A.	5.535	5.853	5.413	5.413	98%
AGUAS DO PARAIBA S/A	3.149	3.079	3.010	3.010	96%
CONCESSIONARIA AGUAS DE JUTURNAIBA S/A	581	621	576	576	99%
AGUAS DAS AGULHAS NEGRAS S.A	568	571	570	568	100%
SER AUT AG E ESGOTO VOLTA REDONDA	536	500	481	479	89%
PROLAGOS S/A	388	412	391	391	101%
ENERGISA NOVA FRIBURGO	431	389	373	373	87%
AGUAS DO IMPERADOR S/A.	279	280	279	279	100%
SERV AUT DE AG E ESGOTO BARRA MANSA	175	170	167	167	96%
Total	99.103	97.844	92.449	91.302	92%

Da análise da tabela acima, infere-se que o montante empenhado se aproxima do valor faturado, o que ratifica o comprometimento dos órgãos em utilizar com presteza o orçamento disponibilizado por meio do Programa de Trabalho (PT) ¹⁸ específico para adimplemento desses serviços.

Ademais, ressalta-se a celeridade do Tesouro Estadual na execução dos procedimentos de liquidação e de pagamento, coadunado-se, dessa maneira, com a política da atual gestão de não acumular dívidas para outros exercícios.

Alguns fatores contribuíram para esse resultado, destacando-se: (i) a realização dos gastos está de acordo com a previsão orçamentária, (ii) as concessionárias desse setor vêm enviando informações mais organizadas para os órgãos e para o Tesouro, e (iii) a diligência da Coordenação de Acompanhamento e Controle de Pagamento de Concessionárias (CACPC) da Subfin, em conjunto com os

Gráfico 5



¹⁸ Programa de Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública

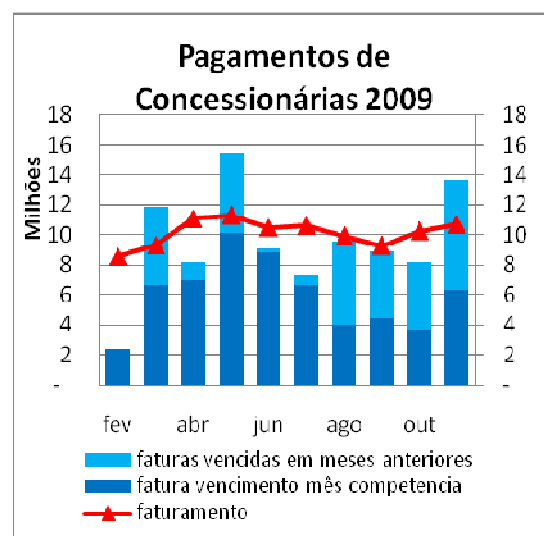
órgãos, na execução dos procedimentos necessários para a realização do pagamento.

Salienta-se que os órgãos têm agido no sentido de proceder aos ajustes necessários na dotação orçamentária de forma a honrar com suas obrigações perante as concessionárias de serviços públicos. Nesse passo, pode-se citar o exemplo da SEOBRAS¹⁹, que efetuou os procedimentos de descentralização pendentes, possibilitando, desta maneira, a regularização, pelo Tesouro Estadual, do pagamento pertinente aos serviços prestados pela Light.

Destarte, analisando o pagamento mensal das concessionárias abarcadas pelo SICP em 2009, verifica-se que as faturas vencidas em meses anteriores ao do efetivo pagamento e, portanto, não adimplidas na data do vencimento, vem sendo regularizadas em um prazo cada vez menor que, atualmente, gira em torno de um mês. Em vários meses a grande maioria das faturas pagas é do próprio mês, enquanto que em alguns meses em que há um peso maior de faturas mais antigas é porque em muitos casos se concluiu alguma regularização localizada.

Especificamente no que tange ao 5º bimestre do corrente ano, foi registrado no SICP que a quantia paga às concessionárias representa 82% do volume faturado²⁰.

Gráfico 6



¹⁹ A SEOBRAS, como citado nos últimos Boletins, vinha aguardando o repasse orçamentário dos órgãos instalados no prédio do antigo Banerjão, o que vinha obstaculizando o adimplemento das despesas efetuadas por estes com a Light.

²⁰ Pode-se observar que o montante pago neste bimestre é superior ao valor empenhado. Tal fato se dá em razão de a data de pagamento ser o dia 25 de cada mês, abrangendo, desta forma, as Programações de Desembolso (PD's) emitidas no período entre os dias 25 e 30 do mês anterior ao mês do pagamento. O valor pago no bimestre para concessionária Energisa maior que o valor faturado representa que foram adimplidas faturas vencidas nos meses anteriores.

Tabela 41

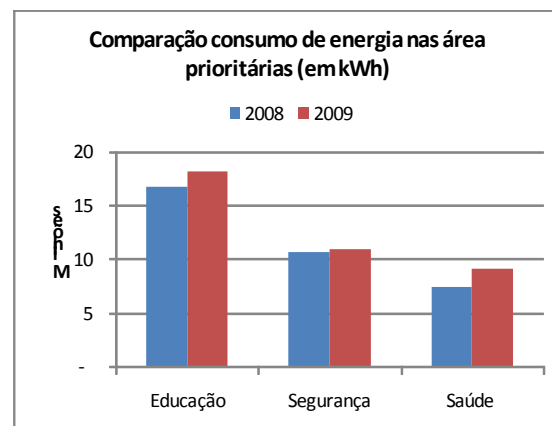
Bimestre Setembro/Octubro - 2009

R\$ mil

Favorecido	Faturado	Empenhado	Liquidado	Pago	% Pago x Faturado
LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S/A	11.487	8.044	8.166	9.021	79%
AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.	5.469	5.871	4.143	5.169	95%
TELEMAR NORTE LESTE S/A	1.667	1.331	1.172	979	59%
AGUAS DE NITEROI S.A.	1.099	946	978	837	76%
AGUAS DO PARAIBA S/A	608	430	445	562	92%
CONCESSIONARIA AGUAS DE JUTURNAIBA S/A	135	88	92	118	88%
AGUAS DAS AGULHAS NEGRAS S.A	106	52	52	52	49%
SER AUT AG E ESGOTO VOLTA REDONDA	116	93	111	111	95%
PROLAGOS S/A	88	39	39	73	83%
ENERGISA NOVA FRIBURGO	93	75	144	142	152%
AGUAS DO IMPERADOR S/A.	64	29	29	49	76%
SERV AUT DE AG E ESGOTO BARRA MANSA	27	10	11	23	86%
Total	20.960	17.010	15.381	17.137	82%

Verifica-se que os gastos com energia elétrica representam 84% das despesas totais com serviços públicos, dessa forma a variação dos fatores que influenciam o montante gasto com esses serviços é de grande relevância. Nesse contexto, observa-se, nas áreas prioritárias do governo²¹, uma variação média de 11% no consumo de energia elétrica em kWh pelos órgãos estaduais, comparando-se o 5º bimestre de 2009 com igual período de 2008. Ressalta-se que, na área de saúde, este percentual foi mais acentuado, com o aumento de 22,4%. Esse consumo, que em grande parte reflete o aumento de serviços (e.g., número de internações), aponta para a importância do Estado intensificar seus esforços de garantir a eficiência energética.

Gráfico 7



Não obstante o progresso obtido no adimplemento no pagamento de despesas com serviços públicos em razão da crescente abrangência do SICP, existem algumas concessionárias que não implementaram as rotinas necessárias para participar desta sistemática. Destas se destacam a CEDAE e a OI/TELEMAR, esta no tocante a alguns serviços, notadamente de telefonia móvel e transmissão de dados.

²¹ Consideram-se áreas prioritárias do governo a Saúde, a Educação e a Segurança.



No que tange à CEDAE, cabe fazer menção a previsão do Decreto nº 41.162, de 30 de janeiro de 2008, no sentido de que esta concessionária, assim como as demais prestadoras de serviços de utilidade pública, deve ser paga prioritariamente em relação às demais despesas,

Sublinhe-se que, apesar desta companhia não integrar o SICP, o Estado acompanha, desde 2007, o pagamento dos serviços de água e esgoto efetuados pelos Órgãos. Contudo, a despeito do acompanhamento do Tesouro Estadual, alguns órgãos não vêm cumprindo com suas obrigações junto a esta Companhia, conforme destacado na última edição deste boletim. Neste sentido, deve-se desenvolver nos próximos meses um esforço de regularização dos endereços sob responsabilidade dos diversos órgãos e iniciativas de redução de perdas, orientadas pela concessionária.

Quanto à área de comunicação, que abrange vários serviços distintos, como telefonia fixa; telefonia móvel; transmissão de dados e transmissão de dados *wireless*, deve-se ressaltar que o SICP abarca apenas os serviços pertinentes a nova rede de telefonia fixa²². Assim sendo, o percentual de adimplemento quanto aos demais serviços de telecomunicação não acompanha os resultados do SICP. Tal assertiva se justifica, em grande parte, pelos entraves encontrados pelos entes na conciliação dos documentos de cobrança enviados pela Oi/Telemar.

Até o 5º bimestre de 2009, o Tesouro Estadual desembolsou a quantia total de R\$ 143,8 milhões para adimplemento de despesas com serviços públicos utilizados pelos órgãos e entidades estaduais. Este montante executou 76%²³ da dotação orçamentária de cerca de R\$ 194,2 milhões disponibilizada para esses pagamentos no Programa de Trabalho específico - PT.

²² A nova rede de telefonia fixa é objeto de contrato celebrado entre a Oi/Telemar e o Estado em 2008, após licitação deste serviço por meio de Leilão.

²³ Informações extraídas do SIG



Em vista do prazo de encerramento de novos empenhos (4 de dezembro)²⁴, deverá ser exercido especial controle no empenhamento do saldo de R\$ 50,4 milhões remanescente ao final do quinto bimestre.

²⁴ Conforme o Decreto nº 42.129, de 19 de novembro de 2009, que dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2009.

BOX 6 – Melhorando a Eficiência dos Gastos Públicos

Com a inserção do Princípio da Eficiência e da Publicidade na Constituição Federal, a administração pública vem sendo objeto, em todas as suas esferas, de cobranças quanto a sua atuação por parte da sociedade civil.

Diante do imperativo de ver estes princípios atendidos e, ainda, com o choque de gestão que vem sendo implementado, no Estado do Rio de Janeiro nos últimos três anos, a Secretaria de Fazenda está buscando não só gerir os recursos públicos com maior responsabilidade, como prestar conta à população desses gastos. Nesse sentido, o Tesouro Estadual tem atuado em duas frentes: (i) maior acesso a informações e prestação de contas à sociedade; (ii) melhorias sistêmicas no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM). Na primeira frente, o Tesouro inclusive se antecipou ao art. 48 da Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, que diz:

“Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

(...)”

O Tesouro Estadual, publica, desde de novembro de 2007, em seu sítio eletrônico os pagamentos efetuados aos fornecedores do Estado com recursos do Tesouro Estadual, que são feitos todos os dias 07, 15 e 25 de cada mês.²⁵ No relatório apresentado na página institucional da Secretaria, são disponibilizadas ao cidadão as seguintes informações:

- Data do pagamento;
- Data da emissão da programação de desembolso;
- Competência da despesa;

²⁵ Entrando no endereço <http://www.fazenda.rj.gov.br> encontra-se à esquerda da página o ícone “Transparência Fiscal”, escolhido o qual, permite apontar para a opção “Fornecedores”, e a lista de “PD’s pagas”, que dá acesso às planilhas com os pagamentos de cada mês. O endereço completo é: http://www.fazenda.rj.gov.br/portal/index.portal?_nfpb=true&_pageLabel=fornecedores&file=/transpFiscal/fornecedores/pds/index.shtml

- Órgão gestor, responsável pela emissão da PD;
- A natureza da despesa;
- A empresa ou instituição responsável pelo fornecimento de material ou prestação de serviços;
- Nº dos documentos comprovativos de pagamento, inclusive o nº da NOTA FISCAL; e
- O valor pago.

Além dessas informações, os fornecedores e/ou prestadores de serviços do Estado que possuem certificação digital, podem visualizar no sítio eletrônico da Sefaz oito dias antes da data de pagamento, o valor e número da PD que irão receber. Ou seja, o Tesouro Estadual não só informa os pagamentos efetuados nos últimos 60 dias, como também gera relatórios específicos para cada fornecedor, garantido a previsibilidade e a certeza dos créditos, fixando uma data para o pagamento. Isso permite que estes utilizem os dados para seu planejamento financeiro, gerando um ambiente de negócios mais favorável em todo o Estado.

Na segunda frente, o Tesouro Estadual baseou-se na premissa de que, para um bom funcionamento do SIAFEM e, conseqüentemente, do seu próprio desempenho na execução dos pagamentos, fazia-se necessário uma correta inserção dos dados (lançamentos contábeis, os documentos fiscais e informações financeiros) bem como do cruzamento dessas informações para um melhor gerenciamento do gasto público.

Diante deste diagnóstico, a SUBFIN, em parceria com a Contadoria Geral do Estado (CGE), destacou um grupo de servidores para analisar e buscar melhorias no sistema oficial do Estado (SIAFEM), que é utilizado por todos os Órgãos da Administração Direta e Indireta.

Neste sistema é realizado o controle de toda função orçamentária²⁶, financeira e contábil, além de ser o sistema onde são confeccionadas todas as Programações de Desembolso (PD's). Estas são emitidas pelos órgãos do Estado, responsáveis pela despesa, e são utilizadas como documento de pagamento, cuja execução é feita pelo Tesouro Estadual.

Isto posto, o objetivo da equipe consiste em aperfeiçoar a qualidade dos procedimentos adotados nos pagamentos, minimizando assim eventuais problemas que poderiam ocorrer na sua execução. Entre algumas melhorias feitas recentemente podemos listar:

²⁶ A unidade gestora é responsável pelo empenho e liquidação da despesa, obedecendo as determinações da Lei Orçamentária Anual (LOA). A partir deste momento passa a existir o comprometimento do órgão do Estado com o fornecedor ou prestador de serviços. A emissão da programação de desembolso (PD) é emitida somente após a liquidação da despesa. Ela é o documento de pagamento utilizado pelo sistema SIAFEM para ser enviado, on line, para o banco (instituição financeira).

- Inserção de várias críticas efetuadas pelo sistema no momento da emissão da programação de desembolso, evitando, assim, que o servidor emita documento com dados incorretos, que retardam o pagamento pelo Tesouro;
- Inclusão de um campo obrigatório para que o órgão ao fazer a PD informe o documento de liquidação, como a Nota Fiscal, por exemplo, permitindo aumentar a coerência entre gasto e execução de serviços;
- Obrigatoriedade do órgão ao cancelar uma PD, informar o motivo do cancelamento; e
- Criação de uma inscrição genérica para os consórcios, para uma maior transparência e controle no pagamento dos mesmos;

O resultado deste trabalho tem sido bastante positivo. Como efeito verificou-se uma redução significativa de incorreções nas programações de desembolso emitidas pelas unidades gestoras e melhora dos relatórios gerenciais do Tesouro Estadual, que passaram a contar com informações originais mais confiáveis.

V.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

A remuneração do saldo de caixa do Tesouro tem sido cada vez mais competitiva. Apesar da Selic ter estado bem mais baixa no 5º bimestre de 2009 do que em período equivalente de 2008, as aplicações do Tesouro Estadual renderam 15% mais em 2009 do que no mesmo período de 2008, quando se mede o desempenho relativo à taxa pagas pelos Certificados de Depósito Interbancário – CDI (o *benchmark* utilizado pelo Tesouro Estadual e pela maior parte dos fundos de investimentos).

As aplicações do Estado em fundos de investimento tiveram uma rentabilidade de 99,6% do CDI nos dez primeiros meses de 2009, contra 75,6% no respectivo período de 2008.

Além da aplicação dos recursos em fundos com taxas de retornos mais altas, verifica-se uma queda nas taxas de administração. A taxa de administração média dos fundos que serviram o Tesouro em 2009 caiu para 0,28%, contra 0,40% em 2008.

Gráfico 8

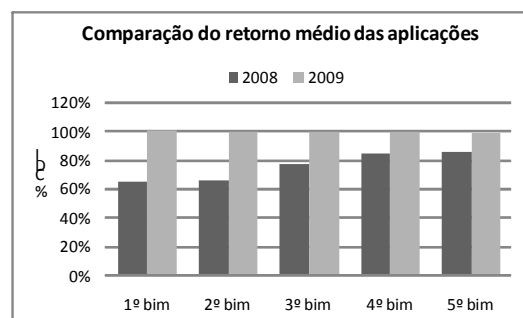
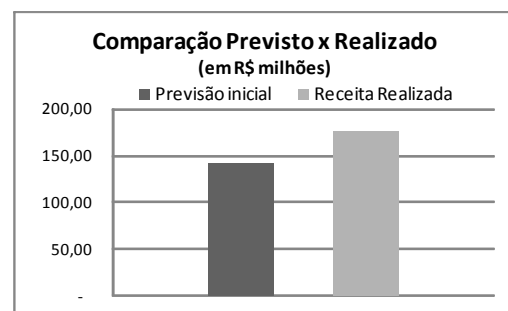


Gráfico 9



Apesar da forte queda da taxa de juro, não prevista na elaboração do orçamento de 2009 para este tipo de receita, a receita financeira realizada, até o final de setembro, já superou em, aproximadamente, R\$ 34 milhões o rendimento inicialmente projetado para o ano.

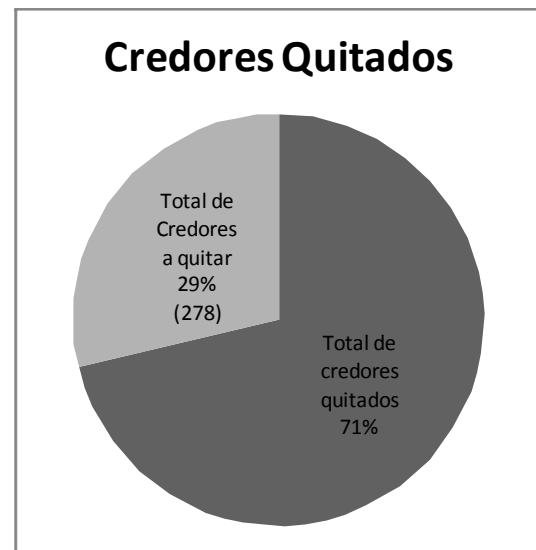
V.4 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar

Como política de pagamento de Restos a Pagar 2002-2006, o Estado editou o Programa de Pagamento/Parcelamento instituído pelo Decreto nº 40.874/2007, que reconheceu as obrigações custeadas com as Fontes do Tesouro Estadual (00, 01 e 06).

Motivado pelo sucesso do programa, somado à grande procura pelos fornecedores, que aumentou ainda mais após a realização da primeira oferta pública de recursos²⁷, o Estado tem reaberto, periodicamente, o prazo para que novos fornecedores possam aderir ao programa. Com isso, formaram-se quatro grupos, dos quais apenas o mais recente tinha pagamentos previstos para o quinto bimestre de 2009.

O principal pagamento em 2009 deu-se em 25 de maio de 2009, seguindo o cronograma de pagamento estipulado, quando R\$ 17.39 milhões foram aplicados no pagamento da 4ª parcela, para os credores que ingressaram na 1ª fase do programa; da 3ª parcela, para os credores que ingressaram na 2ª fase do programa; e o pagamento da 2ª parcela, para os credores que ingressaram na 3ª fase. Computando-se os pagamentos efetuados em março — referentes à primeira parcela para os que aderiram à 3ª fase e os pagamentos efetuados em setembro — referentes à primeira parcela para os que aderiram na 4ª fase, o Tesouro Estadual despendeu neste programa o total de R\$ 21.74 milhões em 2009.

Gráfico 10



²⁷ O Governo do Estado do Rio de Janeiro, com a intervenção da Secretaria de Estado de Fazenda, realizou a Primeira Oferta Pública de Recursos em 12 de maio de 2009, visando antecipar as parcelas vencidas nos exercícios de 2012 a 2015, na forma prevista pelo artigo 2º do Decreto nº 40.874/2007.

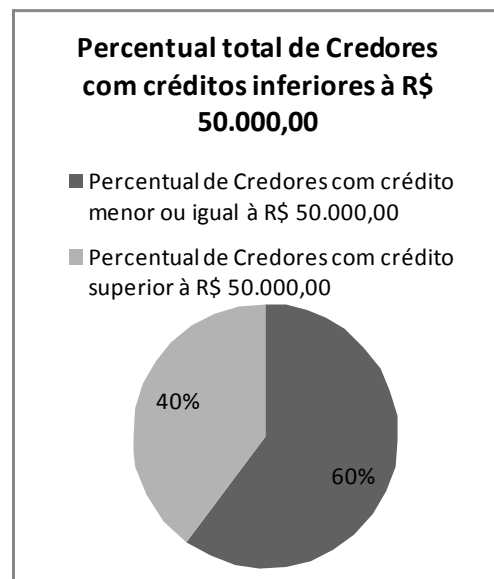
O pagamento sistemático das obrigações e o fato de que créditos abaixo de R\$ 50 mil são pagos imediatamente, implicaram em que mais de 70% dos 969 fornecedores participantes no programa já tiveram seu crédito integralmente recebido.

- Quarta Fase da Adesão

Noventa e sete credores assinaram o Termo de Adesão no âmbito da quarta fase de adesão.²⁸ Destes, 70 possuem créditos de valor menor ou igual à R\$ 50.000,00, tendo sido pagos de uma só vez²⁹.

Até o presente momento, somando-se todos os credores que aderiram ao programa desde sua instituição, perfaz-se o total de 969 credores, dos quais 583 credores fazem ou fizeram jus a crédito menor ou igual à R\$ 50.000,00 e já tiveram suas dívidas quitadas ou as terão na data do novo pagamento semestral em novembro de 2009.

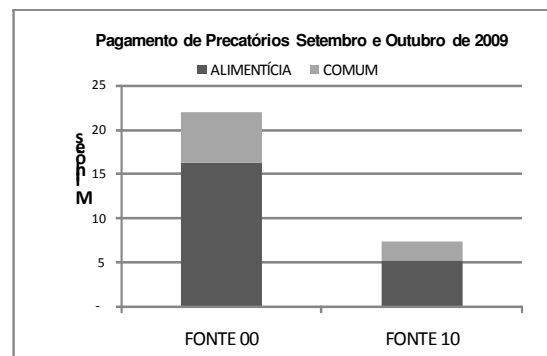
Gráfico 11



V. 5 Requisições Judiciais de Pagamento Precatórios

O valor total aplicado, no 5º bimestre de 2009, para pagamento de precatórios foi R\$ 29,3 milhões. Desse total, R\$ 5,3 milhões foram oriundos dos recursos próprios do Rioprevidência e R\$ 24 milhões provenientes de recursos do Tesouro Estadual³⁰. Como regra, o planejamento para pagamento dessas obrigações priorizou o serviço dos acordos de parcelamentos vigentes, que totalizam R\$ 28,1 milhões. O restante da verba disponibilizada foi empregada

Gráfico 12



²⁸ Deve-se ressaltar que esse número pode mudar em virtude da eventual inserção de algumas empresas que consigam sanar suas pendências com a Assessoria Jurídica desta Pasta, exclusão de algumas empresas, bem como a correção de alguns valores.

²⁹ Cabe salientar, que os valores renegociados no Programa não são definitivos. Isto porque pode ocorrer de empresas que aderiram ao programa, por algum motivo, desistirem posteriormente do mesmo ou não conseguirem sanar algum tipo de pendência exigida pela Assessoria Jurídica desta pasta.

³⁰ O valor total disponibilizado pelo Estado do Rio de Janeiro para os pagamentos de precatórios judiciais é de R\$ 18 milhões mensais (R\$ 12 milhões em recurso do Tesouro Estadual e R\$ 6 milhões do Rioprevidência).

primordialmente no pagamento de precatórios de natureza alimentícia em consonância com o art. 100 da Constituição Federal.

No 5º bimestre do corrente ano, foi homologado 01 novo parcelamento e honrados 29 acordos já celebrados pela Procuradoria Geral do Estado, no montante de R\$ 28,1 milhões, sendo que deste total R\$ 22,8 milhões foram pagos com recursos do Tesouro Estadual e R\$ 5,3 milhões do Rioprevidência. Foi quitado também um precatório de natureza alimentícia, que estava sobrestado, no valor de R\$ 1,2 milhões.

Do dispêndio com precatórios, no 5º bimestre de 2009, 73,60% foram aplicados no cumprimento de obrigações de natureza alimentícia, totalizando R\$ 21,6 milhões, e 26,40% empregados no pagamento de obrigações de natureza comum, representando o volume de R\$ 7,7 milhões.

Comparando com a média dos pagamentos realizados nos anos de 2004, 2005 e 2006 a majoração do valor disponibilizado para o cumprimento dessas obrigações foi de 145% (2007) e 413% (2008). O valor previsto para 2009 será 616% maior do que o valor médio 2004-6, o que evidencia o esforço do Governo Estadual no adimplemento dessas obrigações.

Como consequência do aumento dos recursos destinados a esses pagamentos, estão sendo atualmente adimplidos os precatórios de natureza alimentícia inscritos no ano orçamentário de 2002. Salienta-se que, no início de 2007, o Estado ainda não havia conseguido adimplir todos os precatórios alimentares inscritos no orçamento de 1998. Verifica-se, portanto, que nos últimos dois anos e meio a “fila” dos precatórios alimentares do TJ avançou o correspondente a 05 anos.

Requisições Judiciais de Pequeno Valor – RPV

Nos meses de setembro e outubro foram pagas 160 requisições de pequeno valor, totalizando R\$ 1 milhão.

Gráfico 13

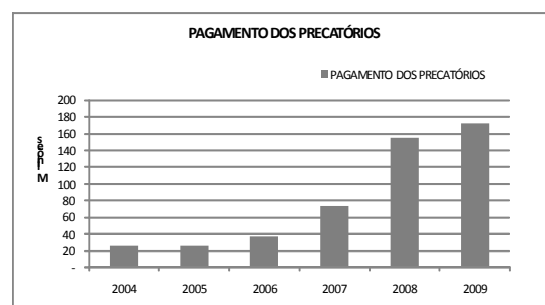
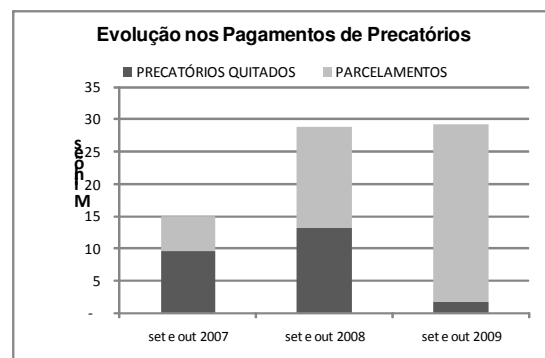


Gráfico 14



Ressalte-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor (até 40 vezes o valor do salário mínimo), possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal³¹.

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

Somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foram pagas 161 requisições judiciais de pagamento no 5º bimestre de 2009, com dispêndio de cerca de R\$ 30,3 milhões.

V. 6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu serviço

Dispêndio com a dívida pública

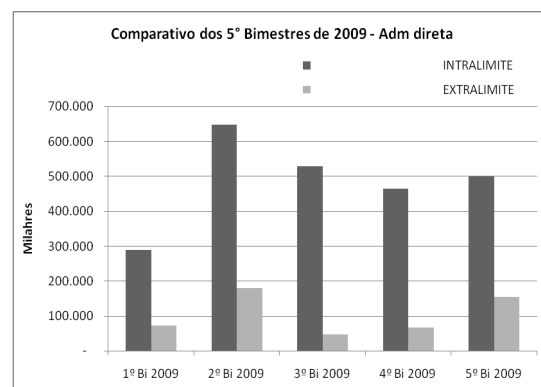
O Tesouro Estadual desembolsou R\$ 654 milhões com o serviço da dívida³², no 5º bimestre de 2009. O desembolso foi 23% superior ao valor do 4º bimestre, em virtude do pagamento da semestralidade, dos contratos da Dívida de Médio e Longo Prazo – DMLP; e dos contratos da dívida externa.

No 5º bimestre, o total efetivamente pago da dívida intralimite foi de R\$ 499 milhões, apesar do valor devido pelo cálculo integral da tabela Price ser de R\$ 531,1 milhões. Isso decorre da aplicação do teto dos 13% da Receita Líquida Real, conforme acordado no contrato de refinanciamento amparado na Lei Federal nº 9.496/97.

Tabela 42

PAGAMENTOS DE RPV - 2009		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
Setembro	73	R\$ 559.537,87
Outubro	87	R\$ 483.795,84
Total	160	R\$ 1.043.333,71

Gráfico 15



³¹ O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: "O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado".

³² Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

Assim, o resíduo de R\$ 32,3 milhões foi incorporado ao saldo do contrato.

Tabela 43
R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública pago no bimestre (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							
	4º Bimestre 2009			5º Bimestre 2009			Δ % do total no bimestre Total
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	154.345	376.579	530.924	256.408	397.883	654.291	23%
INTRALIMITE	110.135	353.930	464.065	144.820	354.177	498.997	8%
EXTRALIMITE	44.210	22.649	66.859	111.588	43.706	155.294	132%
ADM. INDIRETA - CUSTEADA (F. TESOURO)	691	229	921	2.967	1.418	4.385	376%
TOTAL	155.036	376.808	531.844	259.375	399.301	658.676	24%
<i>Informações complementares:</i>							
Valor devido intra-limite	172.498	353.772	526.270	177.052	354.017	531.069	1%
Valor devido pelo limite (13% da RLR)	110.135	353.772	463.907	144.820	354.017	498.837	8%
Diferença incorporada no resíduo	62.363	-	62.363	32.232	-	32.232	-48%

Valores pagos no bimestre a preços correntes.

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

Nos meses de setembro e outubro deste ano, o estoque da Dívida Financeira fechou em R\$ 51,5 bilhões; 0,01% menor que o valor observado no 4º bimestre. Ressalte-se que todos os bimestres deste ano apresentaram queda, que decorreram principalmente pela variação negativa do IGP-DI³³, ocorrida em diversos meses, neste período.

Na dívida externa, indexada ao dólar e ao iene, também foi observada redução no valor do estoque, em face da valorização do real. O mês de outubro encerrou com saldo de R\$ 1,34 bilhão, 11,25% inferior ao valor observado no mês de agosto de 2009.

O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR) acordado entre a União e o Estado do Rio apresentou um aumento de 1,79%³⁴,

³³ Os saldos devedores da maior parte dos contratos da dívida interna são corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior. No 5º bimestre fechou em 0,34% (IGP-DI de agosto/09 a setembro/09) e nos últimos 12 meses (de outubro/08 a setembro/09) em - 0,65%. As dívidas com a União, que representam 97,29% do montante total, tiveram um aumento de 0,34%. Os contratos de Assunção de Dívidas do BERJ, junto ao BACEN, e de refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº9.496/97, que juntos representam 92,78% desta dívida, tiveram um redução nominal de 0,14% e de 0,37%, respectivamente.

³⁴ A meta da Dívida para o exercício de 2009, prevista na revisão do Programa de Ajuste Fiscal, foi de 2,58.

passando de 2,36 para 2,40. Embora o estoque da dívida tenha diminuído em comparação com o bimestre anterior, a Receita Líquida caiu 1,76%.

Tabela 44
R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL 2009			
	4º Bimestre	5º Bimestre	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	51.500.019,51	51.495.952,05	-0,01%
INTERNA	49.928.723,51	50.099.742,35	0,34%
Dívida com a União	49.928.723,51	50.099.742,35	0,34%
Outras Dívidas Contratuais	-	-	
EXTERNA	1.504.920,59	1.335.558,24	-11,25%
Com Aval do Tesouro Nacional	1.502.008,08	1.332.861,14	-11,26%
Mobiliária	2.912,51	2.697,10	-7,40%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	66.375,41	60.651,47	-8,62%
DÍVIDA FINANCEIRA	51.500.019,51	51.495.952,05	-0,01%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI	21.863.047,08	21.477.441,46	-1,76%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	2,36	2,40	1,79%

Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 141 milhões pertinentes à receita de operações de créditos, até o 5º bimestre de 2009 (Tabela XX). Desse montante, R\$ 56,39 milhões foram destinados para a expansão da Linha 1 do Metrô – entre as estações Cantagalo e General Osório (recursos provenientes do BNDES); R\$ 19 milhões, ao Programa Estadual de Transportes Adicional (recursos provenientes do BIRD); e R\$ 5 milhões, ao Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais (recursos provenientes do BNDES).

Em setembro, o Estado firmou mais um contrato de financiamento junto ao Banco Mundial, no montante de 211,7 milhões de dólares, destinados à continuidade do Programa Estadual de Transportes – PET II. Até o 5º bimestre, o Estado já assinou 4 novos contratos e a Secretaria do Tesouro Nacional autorizou a contratação de mais um empréstimo a ser firmado junto ao Banco do Brasil para execução do projeto de manutenção e recuperação de

estradas vicinais. Encontram-se, ainda, em análise na STN mais 3 operações de crédito, quais sejam: Projetos RIORURAL/BIRD, PROFAZ/BID e PRODESF/BIRD.

Tabela 45

Valores em R\$ mil

	2009 (*)		2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
	Liberado	a Liberar							
1. Operações de Crédito Contratadas (*)	141.726,15	142.757,15	396.493,88	448.680,89	121.505,20	30.683,36	20.523,56	-	1.160.644,04
Operações contratadas com o SFN	122.881,88	99.950,81	256.871,88	338.943,20	95.673,36	-	-	-	791.439,24
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1. BNDES - EXPANSÃO METRÔ - 12.1.164 D	-	3.280,03	-	-	-	-	-	-	3.280,03
2.1. BNDES - EXPANSÃO METRÔ - 12.1.165 A	-	3.304,49	-	-	-	-	-	-	3.304,49
2.2. BNDES - EXPANSÃO METRÔ - 12.1.165 B	-	3.284,28	-	-	-	-	-	-	3.284,28
3. BNDES - EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO - 12.1.169	56.385,66	46.315,30	15.438,43	-	-	-	-	-	61.753,74
4. BNDES - PMAE	5.388,21	4.516,70	300,00	-	-	-	-	-	4.816,70
5. CAIXA - SANEAMENTO	-	-	162.633,44	299.693,20	95.673,36	-	-	-	558.000,00
6. B.BRASIL - PROGRAMA EMERGENCIAL - PEF	61.108,00	-	-	-	-	-	-	-	-
7. BNDES - SEGURANÇA	-	39.250,00	78.500,00	39.250,00	-	-	-	-	157.000,00
B. Demais	18.844,27	42.806,34	139.622,00	109.737,69	25.831,84	30.683,36	20.523,56	-	369.204,80
1. BIRD - Programa Estadual de Transportes - ADICIONAL	18.844,27	-	-	-	-	-	-	-	-
2. BIRD - INFRAESTRUTURA II/TRANSPORTES PET II	-	42.806,34	139.622,00	109.737,69	25.831,84	30.683,36	20.523,56	-	369.204,80
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	20.000,00	1.148.086,54	20.483,23	24.933,16	21.754,11	9.642,37	-	1.244.899,40
1. BIRD - RIO RURAL	-	-	4.794,69	10.636,39	15.086,31	16.829,56	9.642,37	-	56.989,32
2. BID - PROFAZ	-	-	9.846,85	9.846,85	9.846,85	4.924,54	-	-	34.465,08
3. BB - SEAPPA	-	20.000,00	-	-	-	-	-	-	20.000,00
4. BIRD - DPL	-	-	1.133.445,00	-	-	-	-	-	1.133.445,00
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF (*)	-	1.555.578,00	59.805,00	105.107,00	16.364,00	5.454,00	-	-	1.742.308,00
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	141.726,15	1.718.335,15	1.604.385,42	574.271,12	162.802,36	57.891,47	30.165,93	-	4.147.851,44

(1) Valores realizados em 2009, a preços correntes

(2) Contem o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de ago/2009

(3) Valores redistribuídos de acordo com a revisão do PAF ainda não assinado, atualizados pelo IGP-DI.

V.7 Acompanhamento financeiro de Convênios

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 5º bimestre de 2009 com 382³⁵ Convênios de Receita³⁶, ou seja, cinco³⁷ convênios a mais que no 4º bimestre.

Desses convênios, os mais representativos para o Estado são aqueles celebrados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC³⁸.

³⁵ Fonte: Relatório emitido pelo SATE em 03/11/09.

³⁶ Convênios em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado.

³⁷ Fonte: Relatório emitido pelo SATE em 01/09/09.

³⁸ Lei nº 11.578/2007 – Regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

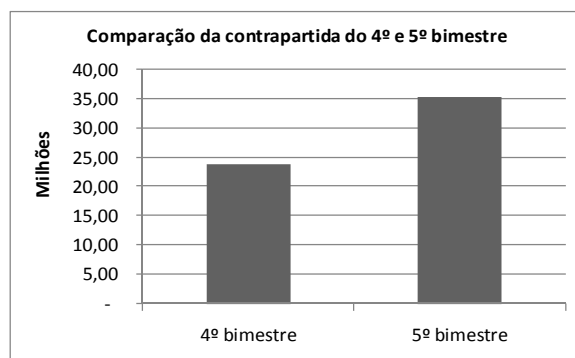
Essas obras do PAC estão organizados em três áreas estratégicas: (i) Infraestrutura Logística - envolvendo a construção e ampliação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias; (ii) Infraestrutura Energética - correspondendo a geração e transmissão de energia elétrica, produção, exploração e transporte de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis e, (iii) Infraestrutura Social e Urbana - englobando saneamento, habitação, metrô, trens urbanos, luz para todos e recursos hídricos.

Assim, o Estado em parceria com a União, e com interveniência da CEF, firmou, até o 5º bimestre de 2009, o total de 93 Convênios de Receitas para a realização das obras do PAC, alcançando um investimento no valor de R\$ 2,69 bilhões sendo R\$ 1,99 bilhão o valor previsto de repasse da União. Já o Tesouro Estadual responderia pelo montante de R\$ 698,47 milhões.

Desse valor correspondente à contrapartida do Estado, 2,9% serão destinados à área de Habitação, cerca de 19,9% à área de Saneamento, 44,5% às comunidades da Rocinha, Complexo do Alemão, Pavão/ Pavãozinho, Cantagalo, Complexo de Manguinhos e Preventório, localizadas nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói e 32,7% às Obras do Arco Metropolitano³⁹.

Até outubro de 2009, o Tesouro Estadual já creditou nas contas específicas dos convênios, referentes à contrapartida do Estado, valor corresponde a R\$ 154 milhões, sendo R\$ 35,3 milhões no 5º bimestre, 47,44% a mais que no 4º bimestre.

Gráfico 16



³⁹ Fonte: SIAFEM/RJ